



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 17

SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 14ª SESSÃO, EM 9 DE MARÇO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações

— De Senadores de que se ausentarão do País.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Privatização do Lloyd Brasileiro. Incentivos fiscais para 1989. "A Amazônia e o Mundo" — artigo do jornalista Roberto Marinho, publicado no jornal *O Globo*.

SENADOR OLAVO PIRES — "O mistério da rua Cuba" — artigo do jornalista Julio Saraiva, publicado na revista *Manchete*. Precariedade da rodovia BR 425.

SENADOR RUY BACELAR — Sêca no interior da Bahia.

SENADOR IRAM SARAVA — O Dia Internacional da Mulher. Redução no orçamento do Conselho da Mulher.

SENADOR NEY MARANHÃO — Entrevista do Diretor do Banco Central, Dr. Carlos Tadeu, sobre os bancos estaduais.

SENADOR ALUISIO BEZERRA — O Dia Internacional da Mulher. Comparecimento à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal da Srª Mercedes Bel Carmen Letona, dirigente da Comissão Político-diplomática da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária, de El Salvador.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Designação de Senadores que comporão a CPI sobre a devastação da Hiléia Amazônica.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 26/89, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 14/89, que dispõe sobre a atualização monetária das restituições do Imposto de Renda e a base de cálculo para incidência do imposto no caso de aluguel de imóveis.

— Nº 27/89, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 2/89 (nº 1.516, de 1989, na Casa de origem), que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1986 (nº 6.692/85, na Casa de origem), que dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na administração federal e dá outras providências. *Discussão encerrada*, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1982 — complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais. *Discussão encerrada*, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. *Declarado prejudicado*. Ao arquivo.

1.3.1 — Questão de ordem

— Suscitada pelo Sr. Senador Jutahy Magalhães, solicitando nova verificação de *quorum*, nos termos do Regimento Interno.

Mensagem nº 44, de 1989 (nº 59/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em caráter excepcional, a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ), que serão extintas. *Discussão encerrada* do Projeto de Resolução nº 6/89, oferecido pelo Senador Mário Maia, em parecer proferido nesta data, ficando a votação para a sessão seguinte.

Mensagem nº 45, de 1989 (nº 61/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais, em caráter excepcional, a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT-MG), emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), que serão extintas. *Discussão encerrada* do Projeto de Resolução nº 7/89, oferecido pelo Senador Itamar Franco, em parecer proferido nesta data, ficando a votação para a sessão seguinte.

Mensagem nº 52, de 1989 (nº 89/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), destinada a substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES). *Discussão encerrada* do Projeto de Resolução nº 8/89, oferecido pelo Senador Ney Maranhão, em parecer proferido nesta data, ficando a votação para a sessão seguinte.

Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1985, de autoria do Senador Nivaldo Ma-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

chado, que altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária. *Declarado prejudicado. Ao arquivo.*

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 26 e 27/89, lidos no Expediente.

1.3.3 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOÃO MENEZES — "Amazônia: ecologia e soberania" — Palestra do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves. Discurso proferido pelo Presidente José Sarney na Guiana e no Suriname.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — "Amazônia: ecologia e soberania" — Palestra do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Estabelecimento de uma política salarial.

SENADOR MÁRIO MAIA — "Operação bandeja", no Rio de Janeiro.

SENADOR MAURO BORGES — VIII Simpósio sobre os cerrados.

1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

— Do Sr. Senador João Menezes, proferido na sessão de 1-3-89.

— Do Sr. Senador Aureo Mello, proferido na sessão de 7-3-89.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 21, de 1989.

4 — PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nºs 4 e 5, de 1989.

5 — SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — SINDILEGIS

— Edital de convocação de Assembléia Geral.

6 — MESA DIRETORA**7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 14ª Sessão, em 9 de março de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Alexandre Costa

Pompeu de Sousa e Nabor Junior

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Teotônio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — Ger-

son Camata — João Calmon — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Afonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarrelli — José Fogaça.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regional, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Em 9 de março de 1989.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 13 a 18 do corrente mês, a fim de, no desempenho da missão com que me distinguiu o Senado, participar da 81ª Conferência Inter-

parlamentar, a realizar-se em Budapeste, capital da Hungria.

Saudações — *Afonso Sancho* em 9 de março de 1989

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 13 a 18 do corrente, a fim de, no desempenho de missão com que distinguiu o Senado, participar da 81ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Budapeste.

Atenciosas saudações — *Pompeu de Sousa*
Em 9 de março de 1989

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 13 a 18 do corrente mês, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da 81ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Budapeste, capital da Hungria.

Atenciosas saudações. — *Wilson Martins*
Em 9 de março de 1989

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 13 a 18 do corrente mês, a fim de, no desempenho da missão com que me distinguiu o Senado, participar da 81ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Budapeste, capital da Hungria.

Atenciosas saudações — *Marcondes Gadelha*

Em 9 de março de 1989

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 13 do corrente mês, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da 81ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Budapeste, capital da Hungria.

Atenciosas saudações — *Edison Lobão*
Brasília-DF, 8 de março de 1989

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, do acordo com o disposto no artigo 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 13 do corrente mês, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular, onde irei participar da "II Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais, Iberoamericanas", a ser realizada na cidade de Santiago do Chile, no período de 14 a 17 de março de 1989.

Atenciosas saudações — *Albano Franco*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro). — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leopoldo Peres. (Pausa.) S. Ex.ª está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O meu objetivo ao assomar a tribuna é tratar de assuntos múltiplos, mas que me parecem todos importantes.

O primeiro se caracteriza por um decreto administrativo, que manda privatizar o Lloyd Brasileiro.

Tenho recebido, aqui, manifestações partidas de pessoas que ou integram o grupo de servidores do Lloyd, ou que não o integram, e todos têm a mesma posição. Mostrar, aqui, a privatização do Lloyd, em grande parte, pode ser um tipo de medida equivocada que na verdade esteja interessando particularmente a armadores privados, inclusive nacionais ou particularmente nacionais, que visam obter as linhas que foram concedidas ao Lloyd Brasileiro.

O Lloyd é uma instituição tradicional no Brasil; e a nossa posição pessoal — falo, inclusive, em nome da minha Bancada, se não pela unanimidade, mas pela maioria dela — é contrária a essa posição.

Sabemos que há, tramitando na Casa — gostaríamos de saber qual a posição em que se encontra — um projeto de resolução apresentado pelo Senador Maurício Correa, que pretende tornar inexecutível o decreto que privatiza o Lloyd Brasileiro. Essa é uma posição que tomo inicialmente em caráter apenas superficial, para poder me reservar o direito posteriormente de tratar da matéria com maior profundidade.

O segundo problema está relacionado com os incentivos fiscais para 1989. Recebi um telex do Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia, que diz:

Exm.º Sr.

Jarbas Gonçalves Passarinho
DD. Senador da República
Bancada do Pará

Senhor Senador,

Mais uma vez o Governo Federal mostra a sua desconsideração pela Região Amazônica. A Portaria da Receita Federal nº 164 demonstra bem essa postura ao estabelecer, na distribuição dos incentivos fiscais para 1989, o percentual de 37,97% para o Finor e 18,83% para o Finam. Se somados os percentuais do Pin e do Proterra teremos 63,25% para o Nordeste e apenas 31,37% para a Amazônia — Aeba, conclamava Vossas Excelências a defender os interesses da Amazônia, contando para tanto com o apoio desta Associação. Esperando contar com o seu engajamento nessa luta, renovamos nossa cordiais Saudações. — *José Luiz d'Ávila*, Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBBA).

Nosso endereço para correspondência:
Avenida Presidente Vargas, nº. 800 — Novo Andar — cep: 66020 — fone: (091) 2231677 — Telex: 916944 — Belém — Pará.

Ainda recentemente, matéria semelhante foi objeto aqui da presença de uma delegação de empresários da Amazônia, que foram bem-sucedidos, porque conversando com o Presidente da República de Sua Excelência obtiveram a promessa, aliás cumprida, de diminuir o corte que seria feito sobre o Finame. Porque é evidente que o Nordeste tem maior importância neste caso, pela sua vitalidade própria, pelo que representa da população brasileira;

mas, também, não é justo que se sacrifique o Norte, a Amazônia brasileira, a partir do momento que esses cortes podem acabar prejudicando a proporcionalidade que deve haver entre os dois incentivos fiscais.

Vejo, com alegria, no momento, um acréscimo como V. Ex.ª Senador Nabor Júnior, presidindo esta sessão. Certamente as minhas palavras ecoarão nos ouvidos de V. Ex.ª, embora da boca de V. Ex.ª não possa sair no momento nenhum apoio, pelo imperativo de presidir a sessão.

A terceira questão está ligada ainda à Amazônia, e tenho em mãos o editorial do jornal *O Globo* do dia 8 de março, ou seja, de ontem. E não é comum que o editorial de *O Globo* seja assinado pelo Sr. Roberto Marinho; só quando S. S.ª acredita que as matérias são extremamente importantes é que o faz, e o fez no dia de ontem, sob o título: "A Amazônia e o Mundo". E acho que esse editorial está muito bem colocado, porque ele mostra claramente que não se trata de fazer aqui nenhum tipo de chauvinismo. Nós não estamos defendendo a Amazônia, como quem diz: aqui é terra que tem dono e, conseqüentemente, nenhum estrangeiro pode sobre ela opinar.

Nós já mostramos em discurso, nesta Casa, Sr. Presidente, no que diz respeito à internacionalização da Amazônia achamos perfeitamente que não existe sentido nem ameaça. Há também um equívoco muito grande daqueles que se opuseram ao chamado regime militar, e costumam dizer, aqui nesta Casa e na outra, que naquele período é que houve a internacionalização concedida pelos próprios governos militares. Isto é uma falácia, é uma inverdade categoricamente desmentida pelos fatos.

Dizer, por exemplo, que o Projeto Jari foi uma das coisas que poderiam servir como objetivo para esse tipo de acusação é desconhecer, profundamente, o que se passa no Brasil inteiro. Seria a mesma coisa que admitir que as montadoras que estão sediadas em São Paulo, São Bernardo do Campo etc., são também uma violência contra o território brasileiro, contra o patrimônio nacional.

O resultado final do Projeto Jari está aí, foi a perda de um bilhão de dólares pelo Sr. Daniel Ludwig, que investiu naquela região com aspecto de visionário, em grande parte, e hoje está sendo dirigida por empresários brasileiros que, inclusive, já eliminaram a produção de arroz, que deu durante muito tempo a impressão de magnífica produtividade. De fato, se obtinha nove toneladas de arroz por hectare, ao ano. Eram duas colheitas que se faziam de arroz, em duas safras diferentes. Mas o arroz irrigado, na Amazônia, com tratores anfíbios, com a estrutura de produção, a chamada relação custo-benefício, não permitia, absolutamente, que se continuasse com isso. De maneira que o grupo que hoje domina o Projeto Jari, que é o grupo brasileiro, abandonou esse Projeto e ficou, particularmente com duas coisas que foram conseguidas, graças exatamente ao investimento de Daniel Ludwig. É a primeira fábrica que temos lá de produção de celulose. Na maior floresta densa do mundo não

tínhamos uma produção de celulose. Então, pela primeira vez, o Brasil teve essa produção de celulose a partir desse investimento, e ficou famosa inclusive a travessia daquela fábrica desde o Japão até a região do rio Jari. A outra é a exploração do subsolo, exploração do caulim, que também é favorecido pelo resultado operacional.

Então, estamos, neste caso, inteiramente acobertos dessa levandade de dizer que se hoje protesto em uma CPI ou pretendo fazer uma CPI para investigação — foi o meu requerimento aprovado pelo Senado — isso não teria sentido, porque no passado estaria comprometido com qualquer tipo de condicionamento da Amazônia a interesses estrangeiros. Isso é mais que levandade, é uma acusação irresponsável.

O editorial a que me refiro, Sr. Presidente, trata exatamente desse problema, na medida em que coloca as coisas nos seus devidos termos, nem tanto ao mar, nem tanto à terra; nem caracterizar a nossa posição como xenofobia; nem caracterizar também como uma outra posição de ecologia, que Miguel Reale, o grande vulto das letras jurídicas e letras intelectuais do Brasil, divulgou com o nome de ideocologia, quer dizer, a ecologia dominada pela ideologia.

Esse editorial eu poderia até ter feito um requerimento pedindo a transcrição nos Anais, mas peço permissão a V. Exª para que ele seja dado como lido, integrando este desprezioso recurso que faço para caracterizar que, hoje, a maioria da Casa já fez a indicação, através do PMDB e PFL, que são as duas Bancadas maiores, o PSDB e nós dos Partidos pequenos, dos constituintes da CPI.

Vamos ter oportunidade, por sugestão do Senador Leopoldo Peres, de ainda hoje à tarde fazer a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ouçõ, também, críticas na medida em que algumas pessoas, diante do fracasso e do malogro de algumas Comissões Parlamentares de Inquérito, admitem que essa é mais uma Comissão para nada concluir, mas nessa caberá a nós a responsabilidade de responder a isso pela atuação que devemos ter.

Lembro-me que tive a oportunidade, aqui, pouco, antes de assumir a Liderança do Governo do Presidente Figueiredo, de ser relator de uma CPI muito importante, que foi a que examinou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Naquela ocasião aquilo era tão importante que o Presidente Carter, que assumiu a Presidência em um dia, enviou no dia seguinte, o seu Vice-Presidente, Sr. Walter Mondale, à Alemanha para fazer pressão sobre este país para tomar sem efeito o Acordo Brasil-Alemanha. Mas fomos nós, na Comissão, que levantamos a questão e a partir desse levantamento de questão se discutiu se era ou não adequado, conveniente, judicioso, manter o projeto como se pretendia com a construção de oito usinas núcleo-elétricas, que seriam suplementares da produção de energia primária que o Brasil teria até 1992.

O Sr. Leopoldo Peres - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO - Com muito prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Leopoldo Peres - Senador Jarbas Passarinho, não procedem as críticas que se referem a eventuais fiascos de investigações feitas por outras Comissões de Inquérito, por importantes que elas tenham sido criadas neste País até hoje. Nenhuma, Sr. Senador, nenhuma mesmo, foi criada com responsabilidade com que lhe deu V. Exª. Porque vamos aqui, através desta Comissão, na realidade, defender o que este País tem de mais precioso, que é a sua integridade territorial, aquilo que os nossos ancestrais criaram em termos de grandeza deste País.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Agradeço a V. Exª o aparte. Como, certamente, será V. Exª o Presidente da nossa Comissão de Inquérito, tenho certeza de qual será o rumo que vamos tomar, que é o rumo da isenção.

Precisamos analisar a questão, também levando em conta a responsabilidade que temos. Temos responsabilidade como brasileiros de não deprender essa área de maneira nenhuma. Em primeiro lugar, porque será um desserviço prestado a nós, um crime prestado contra nós mesmos; em segundo lugar, porque realmente hoje existe uma sociedade, um mundo cada vez mais solidário, cada vez menor, em que, em termos de planetarização, o que se fez atingindo a qualidade de vida de outros povos se receberá exatamente a possibilidade de uma interferência. Para essa interferência há os canais normais para fazê-la, e não através de determinadas proposições que me parecem absurdas.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Exª com prazer, Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Não é para analisar o mérito do pronunciamento de V. Exª. Nada tenho a complementar; mas para discordar do prezado amigo Senador Leopoldo Peres. Em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Leopoldo Peres, pelo menos uma, que teve a honra de presidir e teve como Relator o Senador Jarbas Passarinho, prestou relevantes serviços ao País numa época difícil: foi a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudou o Acordo Brasil-Alemanha. Essa Comissão chegou a conclusões que, inclusive, possibilitaram ao Governo a correção de rumos. É verdade que o Governo Federal não tem obedecido a algumas conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito. eis que, por exemplo, há o decreto legislativo, promulgado há época pelo Senado José Fragelli, que obriga o Governo Federal, em qualquer alteração que houver no aspecto Brasil-Alemanha, no seu acordo nuclear, a enviar essa alteração ao Congresso Nacional. Por exemplo: o que se faz agora com Angra II, com Angra III, nós do Congresso não sabemos. Deveríamos sa-

ber através desse decreto legislativo, que foi oriundo de uma das conclusões dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E ainda mais, Senador Leopoldo Peres — desculpe-me V. Exª, já vou terminar —, de início, o Senador Relator Jarbas Passarinho provou que não havia nenhuma interferência, nenhum gasto da ordem, se não me engano, à época, de 600 milhões de dólares, denunciado por uma revista estrangeira. Só este aspecto, de pronto, examinado pelo nobre Senador Jarbas Passarinho, mereceria por parte de V. Exª e de outros Senadores uma correspondência a esta Comissão instalada no Senado da República pelo então Líder Paulo Brossard. Era apenas o reparo que queria fazer com todo o respeito que me merece o Senador Leopoldo Peres.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite-me um aparte, Senador Jarbas Passarinho?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Antes de conceder o aparte ao nobre Colega Representante do Amazonas, quero lembrar que exatamente tratei do assunto, no momento que falava aqui da CPI, da nossa CPI; que V. Exª foi um Presidente inextinguível e é um homem que se dedica sempre com extremo zelo àquilo que faz. E é evidente que haverá quem discorde de posições de V. Exª aqui e acolá, eu até muito pouco, mas mesmo os que discordam, colocam na frente dessa discordância o respeito que têm pela personalidade de V. Exª. Gostaria de lembrar que quando fui Relator da Comissão que V. Exª presidiu, instituímos aqui o juramento e, ao lado do juramento, o Código Penal. Há semelhança, aliás não há desdouro nenhum em se dizer isto; semelhança, aliás, que se faz nos *hearings* dos norte-americanos.

Eu me proponho, ainda, sublinhar depois de ouvir o aparte e que está ansioso por dar, certamente para fazer justiça a V. Exª o nobre Senador Leopoldo Peres.

O Sr. Leopoldo Peres — Nobre Senador Jarbas Passarinho, é apenas para responder o aparte do nobre Senador Itamar Franco — já que S. Exª me fez referência — e o faço por dois motivos: primeiro, pela admiração e pelo respeito que tenho pelo nobre Senador Itamar Franco e, em segundo lugar, pela afeição pessoal que tenho por S. Exª. Mas, não neguei nem a importância e nem a validade, especificamente, a essa Comissão Parlamentar de Inquérito; referi-me a algumas comissões de inquérito no Brasil, cujos resultados têm sido frustrados. Disse, apenas, que é uma comissão de inquérito destinada a averiguar o que há por trás, na realidade — o fundo é este — desta campanha que se diz de internacionalização da Amazônia; comissão de inquérito que no fundo e no final tem o quê por objetivo? Tem por objetivo a manutenção da integridade desta Nação como um todo. Quis, apenas, ressaltar a importância do trabalho que nós nos propomos a realizar e, para isto, contamos com o apoio e com a compreensão de todo o Senado, inclusive com a inteligência, com a lucidez do nobre Senador Itamar Franco.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu até me permitiria, motivado pelo aparte de ambos os ilustres colegas, chamar a atenção do Plenário, se valeria a pena em nosso Regimento futuro — agora não podemos alterá-lo, por causa da Constituição — manter este nome de comissão parlamentar de inquérito, porque isso dá a impressão de que temos algum tipo de atividade parapolicial, de estarmos fazendo um inquérito quando, na verdade, fazemos avaliações. E as comissões parlamentares de inquérito têm feito avaliações excelentes aqui.

Lembro-me do meu tempo de Ministro da Educação, por exemplo, quando me baseei numa comissão parlamentar de inquérito sobre o ensino superior. Valeu muito. Foi altamente favorável.

Temos aqui comissões de inquérito que se dedicaram ao estudo do problema agrário do Brasil e que também têm subsídios da melhor qualidade.

O que há é uma tendência que hoje se engloba naquilo que o Senador Jutahy Magalhães falou muito apropriadamente de "uma orquestração", que visa a diminuir completamente o papel político no Brasil.

Hoje somos evidentemente os últimos em qualquer pesquisa de credibilidade e, a meu ver, isso é um pouco trágico. Levei 29 anos na minha vida militar. Foram 29 anos como Oficial do Exército e, antes, como cadete e estudante, e o tempo todo era para ser considerado burro, porque o militar tinha que ser, necessariamente, por definição, burro. Só podia fazer direita voltar! Esquerda voltar! Aliás, mais direita do que esquerda! E o civil se considerava o dono, o monopolista da inteligência. Quantas vezes — permito-me dizer e se isso tem alguma característica de imodéstia, desculpem-me —, tive ocasião de discutir com pessoas que não me conheciam e que diziam "— Ah, é militar? Mas não parece, tão inteligente!" Então, levei nisso 29 anos. Agora, levo 20 anos, aqui, a receber a acusação de nepotista, de oportunista, de hedonista, de gozador da vida pública, etc. De modo que a minha vida me levou para essas duas trincheiras.

Acho que uma Comissão de Investigação teria melhor nome do que Comissão Parlamentar de Inquérito...

O Sr. Mário Maia — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço, com prazer, o nobre conterrâneo Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex. coloca com muita precisão o conceito de comissão, como é que V. Ex. requereu e foi aprovada pelo Congresso Nacional, para a apreciação de problemas nacionais. Creio que a finalidade dessa comissão não é inquirir as pessoas para acusá-las ou criticá-las por erros do passado, mas buscar formula os problemas e equacioná-los, procurando solucioná-los. Estamos debatendo, aqui — quase diariamente os nobres Senadores

trazem à baila esse assunto momentoso —, o problema da Amazônia que, inegavelmente, se tornou mais efetivo, veio mais à tona, emergiu agora, após a trágica morte do seringueiro Chico Mendes, lá nos adentrados do Acre. Vamos procurar, no presente, através dessa comissão — creio eu — corrigir os erros do passado. Em verdade, o nobre Senador Jarbas Passarinho há de convir conosco que, em épocas de governos passados, governos da revolução, procurou-se dar solução aos problemas da Amazônia e foram colocados algumas formulações, os quais — achamos — não têm absolutamente qualquer impatriotismo. Pelo contrário, eram maneiras de procurar solucionar os problemas. Depois, os resultados mostraram que houve erros estratégicos; erros de estratégia, sim, como foi a tentativa de domínio da área sul da Calha Amazônica, no sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre, com os projetos que se tentou fazer ali. Sabemos que, depois de alguns anos, de algumas décadas de estabilidade da Amazônia, do ponto de vista social, não do econômico, porque ela teve altos e baixos, flutuando de acordo com a sua economia extrativista, principalmente da borracha no seu período áureo, cantado e decantado, procurou-se sair dessa dependência do monoextrativismo — não é nem da monocultura, é do monoextrativismo — da monocoleta da castanha, com algumas outras extrações. Procurou-se uma diversificação. Reconhecemos, hoje, que houve alguns erros de estratégia nessa diversificação, tanto é que na implantação da Transamazônica — todos nós temos conhecimento disso — o plano era de assentamento das populações excedentes no Nordeste. Pensava-se em implantar, inicialmente, na Transamazônica, cerca de 100 mil famílias. Depois, os azares da sorte ou a falta de recurso ou de conhecimento do problema levaram a assentar apenas umas 10 mil famílias. Vendo que isso resultaria em minifúndios, houve, no Governo Médici, a implantação dos grandes projetos de impacto, como o Polamazônia, o Polonordeste. A seguir, no Governo do Presidente Geisel, também procurou-se corrigir a rota desse plano de implantação ou de exploração econômica racional da Amazônia. Foi a época dos grandes projetos agropastoris, que também não deram resultados, não pela política do Governo, mas talvez pela ganância dos investidores que se aproveitavam dos incentivos mas não cumpriam as cláusulas do contrato que lhe dava esse incentivo. E, hoje, vemos grandes ocupação de área para especulação. Por fim, houve os projetos madeireiros, uma tentativa de se aproveitar a grande selva, as espécies economicamente nobres da Amazônia, para se fazer, inclusive com a intenção de zoneamento, a exploração auto-sustentada e racional da floresta para o pagamento da dívida externa. De modo que houve erros estratégicos que resultaram no que hoje estamos vendo, ou seja, no desmatamento desordenado. Acho que essa comissão, composta de tão brilhantes membros, irá por certo procurar corrigir esse erro e estabelecer estratégias de acordo com os princípios e os conheci-

mentos modernos, para que não erremos e realmente possamos dar a destinação que todos nós, brasileiros, queremos da Amazônia. Muito obrigado a V. Ex.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A colocação do nobre Senador Mário Maia é importante e útil porque, aprovado o plano que pretendemos apresentar à comissão — o último tema será exatamente discutir uma política de ocupação da Amazônia — levaríamos muito tempo aqui — não seria em uma tarde só — discutindo isso, desde as tentativas de colonização até as últimas.

Lembrou bem S. Ex. que, quando a Transamazônica foi decidida como construção, o grande objetivo foi fazer uma roçada, em termos de xadrez, com o excedente populacional do Nordeste, que já estava, naquela altura, com 30 milhões de criaturas sem capacidade de viver do próprio solo, quer dizer, da sustentação do solo, para ir à terra não habitada, à terra subpovoada e que poderia ser objeto, exatamente, de uma política demográfica muito inteligente. Fracassou por algumas razões mas, teoricamente, ela foi muito bem feita, muito bem concebida, dizendo melhor.

Depois, aparece o Polamazônia, com o Presidente Ernesto Geisel, que muda o objetivo, fazendo com que cada pólo fosse desenvolvido na Amazônia e, à proporção que se fossem desenvolvendo, os pólos teriam interseções e a Amazônia como um todo acabaria sendo desenvolvida. Era outra a concepção estratégica. Que houve erros, é fora de dúvida.

Lembro-me de que, quando major estudante da Escola do Estado-Maior, tive a audácia de criticar Napoleão, porque ele perdeu a Batalha de Waterloo. Então, ousei criticar Napoleão, porque também errou. Não devia ter feito o que fez. É muito fácil criticar a medida depois do fato já realizado.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Concedo o aparte a V. Ex., com muito prazer, mas chamo a atenção de que o Presidente já acena que o tempo está se esgotando.

O Sr. Leopoldo Peres — Após o aparte do Senador Mário Maia, quanto a eventuais erros na estratégia de ocupação da Amazônia, quero dizer que nem tudo foi erro. Às vezes a concepção foi muito bem feita...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Até - se V. Ex. me permite - acho que o balanço é favorável.

O Sr. Leopoldo Peres — Sim, o balanço é favorável, principalmente no que diz respeito à criação da zona Franca de Manaus, concebida no Governo do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, pelo então Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos, que hoje é nosso colega aqui. E esta homenagem, em nome do Amazonas, quero prestar a esse Ministro.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E eu, como acreano, um paraense nascido no Acre,

e depois, portanto, residindo no Pará, quantas vezes eu visitei o Amazonas, já como Oficial do Estado-Maior, para fazer as visitas de fronteira, e vi qual foi a significação para o Amazonas da Zona Franca. A mudança foi realmente extraordinária. E o Ministro Roberto Campos, que felizmente está ouvindo, porque é muito freqüente de V. Ex^a, naturalmente levará em conta a sua justiça.

Concluo, Sr. Presidente, lendo apenas dois tópicos do editorial que pedi que fosse incorporado ao meu discurso. São os tópicos iniciais do editorial assinado pelo Sr. Roberto Marinho.

Eles dizem assim:

"Qualquer discussão sobre o futuro da Amazônia que tenha como limites a própria região e o momento presente estará condenada a não chegar a conclusão alguma. O problema da poluição e do equilíbrio ecológico tem dimensão mundial — e não se iniciou com a primeira árvore abatida na floresta equatorial.

É preciso começar do começo e olhar além das fronteiras de qualquer país ou continente, para alcançar uma visão objetiva do perigo real que existe para a Terra em futuro terrivelmente próximo; e para saber qual é o dever de cada um e de todos os países."

Acho que uma das nossas primeiras providências na CPI é incorporar esse editorial aos nossos trabalhos.

E termino, Sr. Presidente, tendo uma dúvida se eu estarei transgredindo alguma regra ética, mas não tenho outra alternativa. É que nesta Casa não há representante do Partido dos Trabalhadores. Se alguém puder defendê-lo, que o faça. Mas fiquei muito triste em verificar...

Diz o Senador João Menezes, mas fora do microfone, que todos nós somos trabalhadores.

Não sei se ele ficou, fora do microfone, envergonhado ou não por dizer o que disse.

O Sr. João Menezes — Não, é que acho que nós todos somos trabalhadores e acredito que V. Ex^a não deixe de reconhecer que é, também, um grande trabalhador.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É claro.

O Sr. João Menezes — É que eu não quis perder a oportunidade de um aparte nesse belo discurso que V. Ex^a faz.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Obrigado.

E V. Ex^a tem inteira razão, porque essa história de trabalhador só ser trabalhador manual ficou aí nos idos, nos arcanos da História. O que nós temos no Brasil, isto sim, é um desconceito do trabalho intelectual. Isso é outra coisa, já é margem para outro discurso e outros apartes.

O Senador Leopoldo Peres faz a mesma coisa: dá um aparte fora do microfone, dizendo que o PT tem até trabalhador.

O Sr. João Menezes — Eu fiz esse aparte a V. Ex^a porque conheço o seu pensamento e sei que entende que todas as classes trabalham.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu fiquei triste com o ilustre candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores — S. Ex^a — tem feito muitas viagens pelo exterior. Verifiquei que o nosso colega, o Deputado Lula, vai à Alemanha, entende-se com Willy Brandt e pede a ele que mande para o Brasil uma comissão observadora, que naturalmente seria fiscalizadora da lisura com que as eleições de novembro vão ser realizadas no País.

Mas acho que nós mesmos é que nos encargamos de tornar o nosso País merecedor de algum desconceito lá fora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

O Globo, Rio de Janeiro, quarta-feira, 8 de março de 1989.

A AMAZÔNIA E O MUNDO

Roberto Marinho

Qualquer discussão sobre o futuro da Amazônia que tenha como limites a própria região e o momento presente estará condenada a não chegar a conclusão alguma. O problema da poluição e do equilíbrio ecológico tem dimensão mundial — e não se iniciou com a primeira árvore abatida na floresta equatorial.

É preciso começar do começo e olhar além das fronteiras de qualquer país ou continente, para alcançar uma visão objetiva do perigo real que existe para a Terra em futuro terrivelmente próximo; e para saber qual é o dever de cada um e de todos os países.

A ameaça tem nome: efeito estufa. Em outras palavras, aquecimento. Até algum tempo atrás, o assunto era província de especialistas. Hoje, a simples leitura dos jornais, acompanhada de informações colhidas junto aos estudiosos, permite até jornalistas leigos discutir a questão.

O efeito estufa, como nos ensinam, não é o calor que consideramos normal para o planeta — uma temperatura média pouco abaixo dos 30 graus — porque é a ele que se deve a sustentação da vida. Mas o aquecimento artificialmente acelerado, que cabe ao homem deter nas próximas décadas, sob pena de que as condições de vida venham a se aproximar perigosamente do insuportável.

A inclinação do eixo da Terra varia periodicamente, e o clima acompanha essas variações que se processam com enorme lentidão, ao longo de milênios. A última idade do gelo não pertence à memória coletiva do *homo sapiens*; todas as nossas diferentes formas de civilização ocorreram dentro do mais recente ciclo de calor progressivo, iniciado há cerca de dez mil anos.

Ocorre que o aquecimento neste ciclo, sofreu aceleração que pode ser definida, em ter-

mos planetários, como brusca: do começo do século passado, até os dias de hoje, a temperatura ambiente média vem subindo numa aceleração que torna os índices da última década equiparáveis aos de milhares de anos no período anterior à Revolução Industrial.

O atual desequilíbrio ocorre exclusivamente por culpa do homem.

Nossa atmosfera retém os raios infravermelhos do Sol — o que é ótimo, pois caso contrário não haveria vida. O problema está na retenção excessiva e progressiva. Esse é o efeito estufa, que tem as seguintes causas principais, todas ligadas à ação do homem:

- Lançamento à atmosfera de dióxido de carbono produzido pela queima de combustível fóssil (gasolina e outros derivados de petróleo, carvão etc.). Estima-se que isso esteja ocorrendo em média anual de cinco a seis bilhões de toneladas; para idéia do que significa, os mares, que constituem o maior fator isolado de absorção do gás, dão conta, por ano, de dois bilhões de toneladas. E a queima de combustível não tem parado de crescer: aumenta numa proporção anual entre dois e quatro por cento.

- Redução das florestas — porque o ciclo da vida vegetal inclui a absorção de dióxido de carbono e a sua análise biológica, por meio da qual o carbono é absorvido e o oxigênio devolvido à atmosfera.

- Diminuição da capa de Ozônio na atmosfera. Isto se deve, entre outras causas, ao cloro-fluorcarbono, um produto industrial que se encontra, por exemplo, nos *sprays*. O ozônio bloqueia parcialmente os raios ultravioleta do Sol, e os "buracos" causados pela ação do homem não só aumentam o risco de câncer de pele como, entre outros danos, diminuem a capacidade dos oceanos de absorverem o dióxido de carbono.

- Produção de outros gases que têm efeito semelhante ao do dióxido de carbono, como óxido de nitrogênio (emanado por adubos químicos e pelo querosene queimado pelos aviões a jato) e metano, produzido, por exemplo, pelas plantações de arroz. Ironicamente, verifica-se que a chamada "revolução verde" que multiplicou os arrozais asiáticos e afugentou o fantasma da fome de muitos países contribuiu, embora em pequena escala, para o agravamento do efeito estufa.

A comunidade científica internacional é unânime em apontar as terríveis consequências do fenômeno. Prevê-se que, à falta de providências heróicas, em meados do próximo século a temperatura média da terra terá aumentado entre três e oito graus.

Parece pouco, mas será suficiente para profundas alterações. Haverá ampliação dos mares e degelo nas regiões polares produzindo uma elevação média de um metro ou até bem mais no nível do mar — o suficiente para submergir imensas áreas do litoral em todos os continentes. Calcula-se que alguns países do Oriente perderão até 40 por cento de seu território; no Brasil, as consequências na foz do Amazonas e no extremo sul serão catastróficas.

O clima sofrerá muito: secas mais fortes e mais freqüentes, maiores índices de chuvas nas regiões tropicais, acarretando inundações diluviais. Espécies animais e vegetais desaparecerão. Parasitas e insetos, resistentes a variações climáticas, prosperarão. Doenças tropicais — como a do sono, causada pela mosca tsé-tsé — invadirão regiões temperadas. Prevê-se ainda, que já nas próximas décadas começarão a surgir problemas na produção de alimentos e no abastecimento de água.

Não é de admirar, portanto, que em todo o mundo civilizado o efeito estufa seja visto com preocupação ou mesmo pânico.

A maioria dos cientistas concorda que para deter o efeito estufa impõe-se atacar o problema em todas as frentes. Deter a devastação da Amazônia e de outras florestas do Terceiro Mundo? Certamente — entre outras razões porque as do Primeiro já cederam lugar ao progresso há muito tempo.

Mas cobra-se também das nações industrializadas a sua parte: por exemplo, criar impostos restritivos ao uso de combustíveis fósseis, investir nas fontes de energia não poluente (como a eólica ou a solar) e elevar os índices de produtividade das que poluem.

Neste capítulo, a propósito, os Estados Unidos praticam no momento política delinquente: os índices de produtividade na queima de petróleo e carvão estacionaram em 1987 e regrediram em 1988.

Em suma, a estratégia recomendada pela comunidade científica tem duas linhas principais: tanto é preciso aumentar a absorção de dióxido de carbono (e por isto é importante preservar a Amazônia e reflorestar intensamente em outras partes) como reduzir a produção desse gás e de outros também poluentes. Quem defende só uma parte da solução está se recusando a ver o problema globalmente — e está, de fato, fugindo ao enfrentamento realista de uma das mais graves ameaças com que a humanidade já se deparou.

Faça a este quadro, como deve se comportar o Brasil?

Em primeiro lugar, cabe-lhe repelir a pecha do principal responsável pelo agravamento do efeito estufa e a chantagem que a acompanha. Países ricos e organizações internacionais nos ameaçam com punições no campo econômico caso não adotemos atitudes drásticas em relação ao controle ambiental na Amazônia. E isso não é apenas chantagem, mas chantagem baseada em premissa deturpada.

É preciso destacar, a propósito, que não há Amazônia só no Brasil (embora só se fale na nossa); que as denúncias e o debate ignoram a diferença entre a Amazônia física e a Amazônia legal.

Por outro lado, refugiar-se na posição defensiva para usá-la como desculpa para a inação seria hipocrisia, e um desserviço que o Brasil, de hoje estaria prestando ao Brasil do próximo século. Devemos reconhecer que há, de fato, desmatamento indiscriminado, até mesmo com subsídios oficiais; que não policiamos devidamente uma região de enorme importância estratégica; que, enfim, não executamos

e sequer formulamos adequadamente uma política coerente de proteção da Amazônia.

Cabe ao Brasil — porque se preocupa com as gerações que virão, e não por estar agulhoado pela pressão externa — dar ao mundo um exemplo de correta preocupação com o equilíbrio ecológico, reconhecendo que este não é território de visionários, mas campo de ação prioritário para o País.

Explorar a Amazônia, sim — mas racionalmente. Nada impede o desenvolvimento na região de políticas agrícolas e de produção energética e aproveitamento do subsolo. Ter acesso ao Pacífico por rodovia, a partir da Amazônia, é não apenas um direito do Brasil, mas também um imperativo econômico de facilitar o ingresso e a saída de produtos pelo oceano em cujas margens se encontram países que no próximo século estarão entre os mais prósperos da Terra.

Dar alimento e trabalho a milhões de brasileiros não entra obrigatoriamente em conflito com o respeito às leis da natureza — desde que o Governo e o empresário atuem harmoniosamente com o cientista e a comunidade.

Uma política inatacável de convivência com o meio ambiente, além do mais, dará ao Brasil autoridade moral para discutir nos foros internacionais o que se está fazendo e deixando de fazer no resto do mundo sobre a ameaça que se avizinha de todos.

Nestes tempos de debate incessante e agitação por vezes irracional da questão, plenários não faltam. Só esta semana, o Brasil comparece a dois: a reunião em Quito do Tratado de Cooperação Amazônica e congresso mundial em Haia, convocado por países europeus. Ao primeiro, levamos propostas com dois objetivos: articular os oito países da região numa frente de combate ao lobby da desinformação e promover planos concretos de desenvolvimento integrado.

Não deve ser diferente nossa estratégia em Haia: apoio integral a medidas legítimas de preservação do equilíbrio ecológico em todos os continentes, e repúdio a tentativas de acuar o Brasil, transformando-o no grande réu da questão.

É certo, devemos insistir, que, desacompanhada de medidas concretas de preservação, veremos diminuída a nossa capacidade de resistir à pressão internacional — principalmente tendo-se em conta o nível de histeria que atingiu. Essa advertência não deve ser dirigida apenas ao Governo brasileiro, mas a todos, no mundo todo.

Final, o espectro do aquecimento insuportável paira sobre a humanidade inteira. Para exorcizá-lo, a humanidade inteira precisa de muito mais ação racional, e muito menos retórica.

Durante o discurso do Sr. Sen. Jarbas Passarinho, o Sr. Sen. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Nabor Júnior, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Sen. Jarbas Passarinho o Sr. Sen. Nabor Júnior, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Sen. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador. Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES (PTB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é movido por dois sentimentos distintos que assomo a esta tribuna. Um é de revolta e o outro de mágoa. Revolta contra a agressão gratuita, insólita, injuriosa, afrontosa, vilipendiosa praticada contra uma população pacata, ordeira, laboriosa e progressista. Mágoa pela levandade e imaturidade de um jornalista que investiu contra um povo, usando como credibilidade de seus argumentos o "ouviu dizer". Quero referir-me à reportagem "O Mistério da rua Cuba", publicada na revista *Manchete*, edição de 11 de fevereiro do corrente, páginas 24 e 25, na qual um profissional da imprensa, emite conceitos altamente ofensivos indiscriminadamente contra o povo da cidade de Guajará-Mirim, na distante e abandonada Rondônia, em cujas lindes nasceu o nobre colega Senador Aureo Melo que foi também autor do projeto de lei que, em 1955, mudou o nome de Território do Guaporé para Rondônia.

Veja, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como se expressa o escrevinhador e articulista Júlio Saraiva. "Quem anda por aqueles lados — o lado que ele quis se referir é Guajará-Mirim — não é boa coisa — arrisca um velho policial — Guajará-Mirim é lugar de bandidos. Tudo o que não presta você encontra lá, só há mafioso e quem se mete com mafioso também fica mafioso".

Meus nobres pares, Guajará-Mirim, a "pérola do mamoré", sede inclusive, de um batalhão do exército, é uma cidade pacífica, tranqüila, sossegada, muito limpa, muito bem administrada, progressista, onde crime de morte ou estupro são raridades; registra um dos menores índices de criminalidade do Estado de Rondônia, e mesmo assim, é divulgada nas páginas da revista *Manchete* da maneira que o foi.

Certamente que o nosso jornalista nunca visitou Guajará; sugiro que o faça pois, assim, reformularia seus comentários maldosos, após conviver com uma população pioneira, orgulhosa, ativa, desbravadora, patriótica e sofredora. E quando digo sofredora, é com justa razão, pois, Guajará, na fronteira do Brasil com a Bolívia, representa, além de tudo, um posto avançado na defesa das nossas fronteiras, garantindo através de sua população, a nossa soberania, e tudo isto tem sido pouco para sensibilizar o Governo do Estado de Rondônia e a Presidência da República, que continuam relegando aquela região e todo seu povo a uma condição inferior, pois vejam, Srs. Senadores, por falta da conclusão de 65 km de asfalto, Guajará, durante todo período de chuvas — isso já é a tradição — fica isolada do resto do Brasil, ocasionando este isolamento

to graves prejuízos a toda a região, sendo a falta de energia, também uma constante na vida daquele município.

Esse quadro desolador, revoltante, o repórter da revista *Manchete* não se preocupou em retratar.

Como representante do povo de Guajará-Mirim, aproveitei a oportunidade, também na condição de representante do Estado de Rondônia, para convidar esse jornalista, para fazermos, juntos, uma viagem de carro, caminhão ou caminhonete — como ele preferir — pelas rodovias BR 364 e BR 425, principalmente no trecho Porto Velho — Guajará, para que seja feita uma matéria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, registrando aquela sofrida realidade, talvez assim o Governador de Rondônia desse atenção àquele município; talvez o Sr. Ministro dos Transportes liberasse a insignificante verba para concluir àqueles 65 km de asfalto, objeto, já, de uma emenda ao Orçamento da União, de minha autoria, aprovada pelo Congresso e inexplicavelmente vetada pelo Presidente José Sarney — este mesmo Presidente a quem muito respeito e por cuja pessoa tenho um profundo apreço — que tanto defendeu e está construindo com todo agendamento a ferrovia Norte-Sul.

O Sr. Jarbas Passarinho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. OLAVO PIRES — Com toda a honra, Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Escuto o discurso de V. Ex.^a estarecido, porque não me passa pela cabeça que um repórter responsável — como deve ser sempre um repórter — possa ter escrito sobre Guajará-Mirim o que V. Ex.^a acaba de ler, como transcrição. É espantoso que seja assim, porque é algo que não se pode classificar como leviandade, é muito mais do que isto. E eu me lembro dos tempos em que tive oportunidade de fazer viagens pelas fronteiras e verificar como é que Guajará-Mirim sempre foi — como V. Ex.^a disse — um posto avançado, um posto avançado exatamente da civilização brasileira, fronteira, a Guajará-Mirim boliviana...

O SR. OLAVO PIRES — Exatamente.

O Sr. Jarbas Passarinho — ...e dizer que uma população daquela, uma população sofrida, isto sim, que manteve esse marco divisório do Brasil com dignidade até hoje, é constituída de energúmeno, de lixo da sociedade brasileira, é alguma coisa que só pode levar a uma conclusão vale: é que a pessoa que escreveu isso é absolutamente irresponsável. Peço a V. Ex.^a que aceite, como representante de Rondônia aqui, a pálide solidariedade de seu colega neste plenário.

O SR. OLAVO PIRES — Agradeço muito o honroso aparte do Senador Jarbas Passarinho e continuo as minhas colocações.

Acabei de receber, hoje, o telex que passo a ler para conhecimento desta Casa:

"Exm.^o Sr. Senador Olavo Pires, face precariedade tráfego Br-425, Guajará-Mirim poderá entrar colapso abastecimento gêneros alimentícios e combustíveis nas próximas 24 horas. Até presente momento 5^o BEC não torna providências normalizar tráfego. Prefeitura ver-se-á obrigada a decretar "calamidade pública". Face problema exposto, além de ameaças da população em interditar tráfego para o Estado do Acre. Vejam, Srs. Senadores do Acre, a ameaça que paira sobre a região — "Assinado pelas autoridades agora mencionadas, que mais uma vez, demonstram sua preocupação com os destinos daquela cidade: José Mário de Melo — Presidente CMGM; Afonso Gomes Guimarães-Ver-PMDB; Eguiberto da Silva Brito-Ver-PMDB; M; Nair Madeiro Agra — Ver-PMDB; René Humberto Ferrel Camacho-Ver-PMDB; Raimundo N. Nogueira de Queiroz-Ver-PDS; Sival Afonso Estevão-Ver-PDS; Jorge Yussif Abichabki-Ver-PDS; Francisco Nogueira Filho-Prefeito Municipal, D. Geraldo Verdier-Bispo Diocesano; Letfallah Massud Jorge Badra-PTB e Tobias de Lima Tavares-Pres. da Ass. dos Pescadores."

Vejam, Srs. Senadores, a que situação está chegando uma região do Estado de Rondônia, em face do abandono a que está sendo relegada pelos poderes públicos, pelas autoridades competentes, quer estaduais, quer federais.

Sr. Presidente, solicito à Mesa Diretora que envie cópia deste meu pronunciamento a S. Ex.^a o Sr. Ministro dos Transportes, Dr. José Reinaldo Tavares, na esperança de que este ministro — que com muita fidelidade, há quase dois anos, recebeu em seu gabinete no Ministério dos Transportes este Senador que lhes fala e uma delegação de autoridades de Guajará-Mirim, que veio a Brasília pedir ao Ministro José Reinaldo o asfaltamento da BR-425, lendária e antiga aspiração justa de um povo sacrificado —, se sensibilize com o problema.

Por fim, renovando meu sentimento de repúdio à insólita ofensa, desagravo e cumprimento o bravo povo guajará-mirense. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacerlar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que me traz a esta tribuna é a seca que assola o interior do meu Estado da Bahia, notadamente nas regiões centro-oeste, sudoeste e nordeste e que abrangem mais de 200 municípios.

No fim do mês de fevereiro, os prefeitos de mais de 20 municípios da região centro-oeste da Bahia, reunidos na cidade de Livramento de Nossa Senhora, a 720 quilômetros de Salvador, decidiram decretar, coletivamente, "estado de calamidade pública" em função da longa estiagem que vem castigando a região. Segundo esses prefeitos, as populações dos municípios afetados já estão, em sua

maioria, passando fome e tem sido grande o número de pedido de passagens, às prefeituras, de famílias que, no desespero, desejam fugir para outras áreas, principalmente para o sul do País. Calculam que 90% das lavouras estão perdidas e a expectativa é de perda total das safras, casa não chova logo. Falta água até para o consumo humano e a população não tem onde trabalhar, gerando um problema social de alcance imprevisível e que as prefeituras sozinhas não podem solucionar.

Já na região sudoeste, a seca que dura mais de 3 anos, atingindo seriamente mais de 40 municípios, está causando sérios problemas, como a fome, a morte do gado e falta de água para a sustentação das culturas de feijão, mandioca, milho, algodão, mamona e café, todas perdidas com a falta de chuva.

No dia de ontem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na cidade de Brumado, 35 prefeitos dessa região, juntamente com vereadores e pequenos agricultores, reuniram-se durante todo o dia com representantes dos governos estadual e federal, quando discutiram a situação, na tentativa de encontrarem uma solução para o problema que é grave e tanta dificuldades vem causando.

Nos municípios de Brumado e Rio do Antônio, onde o problema da seca é bem acentuado, a situação é dramática. Ali, nas zonas rurais, o gado já não encontra água nas barragens e cacimbas. Muitos dos pequenos criadores têm de caminhar todos os dias cerca de 12 a 15 quilômetros, levando os animais até pequenas aguadas e açudes que ainda têm um pequeno volume de água. Além desses problemas, os prefeitos de municípios como Brumado, Rio do Antônio, Aracatu, Montugaba, Poções, Planalto, Caculé, Presidente João Quadros, entre outros, estão temerosos de que possam ocorrer saques nos estabelecimentos comerciais. Segundo eles, somente com o atendimento de suas reivindicações — envio de cestas básicas, aberturas de novos poços, açudes, criação de farmácias básicas e reativação do Plano de Suplementação Alimentar — terão condições de suportar e enfrentar o problema que é muito sério.

Segundo o Prefeito de Brumado, Edmundo Santos, a situação foi agravada mais ainda neste ano de 1989 com o fechamento do crédito bancário para os pequenos agricultores.

O Governador Waldir Pires encaminhou telex ao Ministro do Interior, João Alves Filho, solicitando a transferência urgente de recursos daquele ministério para serem aplicados no abastecimento de água, através de carros-pipas a diversos municípios baianos, como também para compra de alimentos e abertura de frentes de serviço com ocupação de mão-de-obra rural.

Justifica o Governador que a Secretaria de Recursos Hídricos e Irrigação, através da Coordenação de Defesa Civil, tem sido neste último período, constantemente solicitada por grande número de municípios pedindo abastecimento de água, alimentos e frentes de serviços. Lembra o eminente Governador que, no decorrer dos anos de 1987 e 1988, diante

da mesma situação, o Governo do Estado da Bahia executou, através de convênios, serviços nos diversos municípios em emergência. Observa também que os recursos para atendimento aos municípios em emergência, em sua maioria, foram provenientes do Ministério do Interior/Sudene.

Waldir Pires conclui seu telex dizendo que, diante de sua situação equivalente aos anos 87 e 88, "solicitamos desse Ministério a transferência urgente de recursos que possam ser utilizados nesta emergência."

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que ocorre no meu Estado é um sintoma da falta de uma ação política consequente do Governo Federal e de seus órgãos, refletindo o desgoverno e a incompetência de seus dirigentes.

O que deveria ser feito era a adoção de medidas duradouras, tais como: construção de barragens, aguadas, abertura de poços artesianos, construção de adutoras e perenização dos rios, o que representaria uma solução definitiva para o problema da seca que volta e meia assola não só o Estado da Bahia, mas toda a Região Nordeste. Assim, evitar-se-ia a emigração de homens e mulheres rurícolas para os grandes centros, causando transtornos reconhecidos por todos.

Em vez disso, por falta inclusive de um maior entrosamento entre os governos municipal, estadual e federal, vive-se tomando medidas paliativas, emergenciais, e que já se tornaram rotina, como transporte de água em carros-pipas, distribuição de cestas básicas para a população, abertura de frentes de serviço, que demandam o dispêndio de enormes recursos.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

O SR. RUY BACELAR — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ruy Bacelar, V. Ex^a, como homem do Nordeste, está pronunciando, hoje, no Senado da República, um discurso de importância fundamental em defesa do nosso sofrido homem do Nordeste. Sabemos muito bem que quase todo o Nordeste sofre essas agruras. Por quê, Senador? Todos nós sabemos. Todos se lembram de um dos maiores Ministros de Viação e Obras Públicas daquela época, José Américo de Almeida, que previu essas coisas todas, esse sofrimento do Nordeste e propôs a solução desse problema quando disse ao Governo da época que o Nordeste não precisava de esmola, precisava apenas viabilizar o São Francisco para molhar as terras áridas daquela região. Com isso, tornar-se-ia o Nordeste o celeiro do mundo e a Califórnia da América do Sul. Mas o que se vê, Sr. Senador Ruy Bacelar, é o paliativo das medidas e o sofrimento daquela gente por quem nós, aqui no Senado como na Câmara, lutamos denodadamente para melhorar suas vidas. Parabéns, nobre Senador, pela magnífica oração em defesa dos nordestinos sofridos de sua terra, Bahia.

O SR. RUY BACELAR — V. Ex^a, eminente Senador Ney Maranhão, temo da razão, pois o que falta para resolver os problemas do Nordeste é determinação, é vontade política. V. Ex^a, que conhece tanto quanto eu os problemas nordestinos, V. Ex^a e tantos outros eminentes companheiros do sofrido Nordeste sabem que é difícil viver naquela região. Falta o *minimum minimorum* que um povo digno pode exigir: água para saciar a sua sede. Ainda hoje eu estava lendo nos jornais que o eminente Senador Mário Covas — quando da inauguração de seu Comitê Central, aqui em Brasília — disse que iria acabar com o analfabetismo no Brasil. Acredito que sim. Acredito que qualquer Governo sério erradicaria no espaço de tempo mínimo de cinco anos, de uma vez por todas, o analfabetismo. Acredito no que S. Ex^a diz, e acredito também que, no dia em que tivermos um governo eleito pelo povo brasileiro, com respaldo, com credibilidade, que seja austero, resolveremos o problema do Nordeste...

O Sr. Ney Maranhão — Nisso todos nós temos esperanças.

O SR. RUY BACELAR — ...contanto, eminente Senador, eminentes, Colegas, que os desperdícios, que as roubalheiras deixem de existir neste País. Li, também hoje, nos jornais, que um ex-ministro do Japão, do Japão! porque foi conveniente, ou beneficiário em uma transação de 60 mil dólares e os jornais mostram uma foto dele entre dois policiais. Aqui, no Brasil, os jornais todos os dias dão notícias de roubos no Ministério da Indústria e do Comércio, aqui, acolá, e eu nunca vi um ministro, neste País, ser preso! Nunca vi homens que ocupam cargos importantes, neste País, serem presos. No dia em que tivermos condições de meter ministros e dirigentes na cadeia e fazer com que o dinheiro do povo, que tem de ser sagrado, seja aplicado nas obras do Nordeste, em favor do extermínio do analfabetismo, em favor da saúde e da habitação, teremos outro Brasil.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo aparte a V. Ex^a, Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Gostaria de complementar o que V. Ex^a acaba de dizer. Ontem, li na imprensa que uma firma nos Estados Unidos foi punida rigorosamente, tendo um dos seus diretores ido para a cadeia, porque foi provado o excesso de lucro que ela teve. A lei, nos Estados Unidos, é cumprida. Aqui temos a famosa Lei Malaia, contra o excesso de lucro, que foi pavorada e é de autoria do nosso também grande nordestino Agamenon Magalhães. E nada disso se cumpre. Portanto, essa posição que V. Ex^a está tomando é importante para alertar os homens que, neste momento, estão pugnando pela Presidência da República. Temos de ter homens sérios e honestos que cumpram com o seu dever. Era este o aparte que queria dar ao discurso de V. Ex^a

O SR. RUY BACELAR — Agradeço e incorporo, com muita satisfação, o aparte de V. Ex^a, eminente Senador Ney Maranhão, do Estado de Pernambuco, ao meu modesto discurso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso moralizar este País, e haveremos de fazê-lo com o exemplo. O Poder Legislativo tem que ser o espelho, o exemplo para o povo brasileiro.

Haveremos de fazer com que as leis brasileiras sejam cumpridas. Aqueles que exercem cargo público, por mais importante que seja o cargo, devem ser punidos, quando não cumprirem com o seu dever muito mais do que o ladrão de galinha, porque é ladrão do dinheiro do povo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, enquanto o Governo Federal não toma medidas sérias e permanentes para a solução dos problemas do Nordeste, especialmente do meu Estado, em razão até do jogo dos interesses políticos e retaliações, não nos resta outra alternativa senão apelar para que as autoridades responsáveis pela questão se sensibilizem mais uma vez com a situação aflitiva e angustiante que vive o povo da Bahia castigado pela seca e tomem medidas eficazes alocando recursos urgentes para minorar o seu sofrimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

Durante o discurso do Sr. Senador Ruy Bacelar o Sr. Senador Iram Saraiva 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Alexandre Costa, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Para uma breve comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, o mundo inteiro comemorou o Dia Internacional da Mulher. Mas as mulheres brasileiras, apesar das grandes conquistas alcançadas através da Assembléia Nacional Constituinte, não tinham muito o que comemorar. O órgão de sua maior representatividade, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, está sendo duramente ameaçado por atitudes autoritárias e desprovidas de qualquer cabimento pelo Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa. Segundo o que pude constatar, o Sr. Ministro vem tomando medidas que vão muito além das metas exigidas pelo Plano Verão que prevê uma redução de até 50% nos gastos efetuados pelo Conselho da Mulher, e no dia anterior à comemoração da data em que o mundo homenageia o sexo feminino, resolveu reduzir em 73% o orçamento do Conselho, pondo em risco programas de fundamental importância para a condição feminina no Brasil, como é o caso da recém-lançada campanha da saúde da mulher e do convênio firmado entre o CNDM e a Ordem dos Advogados do Brasil, com vistas a dar suporte jurídico às reivindicações femininas durante a fase de elaboração de leis ordinárias e complementares.

Talvez, falando assim, muitos ainda não se aperceberam do absurdo que trago, neste momento, à tribuna do Senado Federal. Por isso, gostaria de comunicar à Casa que o órgão que conseguiu mobilizar a grande maioria das mulheres brasileiras, contava apenas com 80 funcionários, todos requisitados de ministérios, fundações e autarquias da administração Federal, não representando, desta forma, despesa adicional significativa aos cofres públicos, principalmente se levarmos em consideração benefícios que a sua atuação trouxe em prol de toda a sociedade brasileira.

A determinação do Sr. Ministro Oscar Dias Corrêa chega a ser tão impetuosa que S. Ex^a não respeitou o que reza a atual legislação que protege as pessoas requisitadas de órgãos e ocupam funções de confiança amparadas pela lei nº 97.459/89.

Oscar Dias Corrêa, Srs. Senadores, segundo fui informado, já vem devolvendo e demitindo servidores do Conselho dos Direitos da Mulher sem sequer consultar ou avisar as integrantes da direção do referido órgão, numa atitude ditatorial, que revelou o lado autoritário e antidemocrático do atual Ministro da Justiça.

Ora, Srs. Senadores no momento em que o Congresso Nacional começa a votar a legislação ordinária que norteará os caminhos da Justiça em todo o território nacional, o próprio Ministro da Justiça que deveria ser um guardião dos interesses de todos os cidadãos que residem neste país, quer apunhalar os ideais de igualdade e respeito e de valorização da mulher brasileira, tão bravamente defendidos pelo CNDM.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. IRAM SARAIVA — Com prazer, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu gostaria de trazer um testemunho a V. Ex^a. Fui procurado, inclusive, por uma pessoa que me trouxe a Sr^a Jacqueline Pitanguy, que é Presidente dessa Comissão, ouvindo exatamente esse tipo de queixas e como tenho um relacionamento fraterno com o Ministro Oscar Dias Corrêa, foi-me pedido que eu contactasse com S. Ex^a, a fim de obviar dificuldades. A resposta de S. Ex^a para mim me pareceu convincente, até certo ponto. De maneira que pediria a V. Ex^a exatamente que não fosse tão severo nos adjetivos com que está brindando o Ministro. Por exemplo, S. Ex^a me disse que uma Comissão que tem um consultor jurídico e que há no Ministério da Justiça consultores jurídicos à vontade. S. Ex^a pode apresentar um consultor jurídico para acompanhar a Comissão. Por outro lado, disse-me S. Ex^a: — "120 funções de DAS." São palavras do Ministro.

O SR. IRAM SARAIVA — Sim, não debatendo, já que lhe concedi o aparte, as informações que tenho são de que esse número não excede a 80 funcionários todo o Conselho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Pois bem. As Funções de Assessoramento Superior —

lembro-me que quando ouvi, não sei se dito por ela, 80, sei que era um número que realmente me chamou a atenção porque até comentei com a senhora que, aliás, expõe muito bem, uma pessoa muito inteligente, muito capaz. Quando deixei o Ministério da Educação, tínhamos direito a 20 funções de DAS, dei provimento a 12 para o Ministério da Educação inteiro. Então, o Ministro Oscar Dias Corrêa me dizia que o que queria era uma diminuição das despesas que ele achava que se davam por recobrimento; funções que ele poderia oferecer à Comissão, dentro do quadro que o Ministério já dispõe, sem que a Comissão precisasse ter autonomamente, e que pediu uma redução e que essa redução foi apresentada, no final, com 8 pessoas apenas que seriam consideradas indispensáveis. Exatamente aí, coincide com o ponto de vista de V. Ex^a uma vez que seriam 10% de 80. Como este é o País dos 10%, é possível que essa redução fosse considerada aceitável. Assim, gostaria que V. Ex^a cometesse a generosidade de aceitar o meu aparte como um testemunho. Creio que o Ministro Oscar Dias Corrêa é um homem de formação jurídica respeitável, vem, naturalmente dos velhos tempos da UDN — hoje, temos a UDN com outros nomes temos os princípios da UDN dos moralistas, os tartufos, não digo que todos fossem, mas, como diz o nobre Senador Leopoldo Peres, a banda de música, aqueles que são considerados os catões da República. E, isso acontece exatamente com a possibilidade de se evitar que a posição do Ministro fosse considerada como a de um homem de vocação de arbítrio, porque S. Ex^a é, acima de tudo, como jurista, um cumpridor da lei. Peço desculpas por ter interrompido o discurso magnífico de V. Ex^a.

O SR. IRAM SARAIVA — Absolutamente; V. Ex^a só o enriquece.

Agora, muitas vezes, apesar de todo o caráter democrático que sempre demonstrou na alta Corte Jurídica deste País, S. Ex^a pode, nessa nova lua-de-mel, estar extrapolando — e a mim me parece que as mulheres não concordaram em participar desse evento; ele está indo só, exatamente, demitindo as 90.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas S. Ex^a não pode ter lua-de-mel sem as mulheres...

O SR. IRAM SARAIVA — Sr. Presidente, no momento em que o Congresso Nacional começa a votar a legislação ordinária, que norteará os caminhos da Justiça em todo o território nacional, o próprio Ministro da Justiça, que deveria ser um guardião dos interesses de todos os cidadãos que residem neste País, quer apunhalar — e eu volto a insistir, embora o Senador Jarbas Passarinho me peça que modere e eu creio que não devo, por enquanto — os ideais de igualdade, respeito e de valorização da mulher brasileira, tão bravemente defendidos pelo Conselho.

Quero, neste momento, Srs. Senadores, fazer ver ao Senado da República a imperiosa necessidade desta Casa se levantar em favor do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher,

para que no próximo Dia Internacional da Mulher as brasileiras tenham mais o que festejar.

A luta que mulheres como Jacqueline Pitanguy, Maria Aparecida Schumacher, e tantas outras cidadãs brasileiras que se dedicam atualmente à melhoria da condição feminina neste País, não pode ser agora, brutalmente atropelada por uma ação solitária e infeliz de quem quer que seja.

Na realidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a minha preocupação não é outra porque o Conselho não possui quadros próprios. Já havia afirmado que são funcionários de Ministérios, de fundações, de autarquias e o que mais me causou espécie é que todos os organismos federais foram aconselhados pelo Plano Verão para que, no máximo 50% dos gastos, fossem efetivados; e o Sr. Ministro já parte para os 73%, segundo informações que tenho, e o que é pior, insiste nas demissões sem ouvir o Conselho, cujo trabalho é de relevante importância.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. IRAM SARAIVA — Ouço V. Ex^a, com muito prazer, antes de encerrar.

O Sr. Presidente (Alexandre Costa) — O nobre Senador Jarbas Passarinho efetivamente apartou o orador, com o equívoco da Mesa, supondo tratar-se de discurso, e não de breve comunicação, caso em que o Regimento não permite aparte.

Peço desculpas a V. Ex^a pelo equívoco da Mesa, que não pode autorizar apartes uma vez que há mais dois oradores para breves comunicações e já estamos dentro do período da Ordem do Dia.

O Sr. João Menezes — Eu estranhei, mas pensei que fosse por força do hábito.

O SR. IRAM SARAIVA — Lamento não poder ouvi-lo, Senador João Menezes.

Sr. Presidente, agradeço a atenção com que a Mesa me permitiu entender, pois se tratava de uma breve comunicação.

Era somente isto o que tinha a dizer à Casa. (Muito bem!)

O Sr. Presidente (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, penúltimo orador para breves comunicações.

O orador dispõe de cinco minutos.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no mês de dezembro passado, tive ocasião de ocupar a tribuna do Senado para verberar a atitude do Sr. Carlos Tadeu, Diretor do Banco Central, quando concedeu uma entrevista ao *Jornal do Brasil* atacando a administração dos bancos estaduais. Tive a impressão que esse diretor é inimigo dos bancos estaduais.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que essas instituições desempenham uma função social da maior importância, atuando no apoio a programas de desenvolvimento, principalmente em lugares e praças desassistidas, de pouco

potencial econômico, apolando a pequena e a média empresa que estão, em sua maioria, em situações calamitosas.

Sr. Presidente, considero essas empresas, tanto agrícolas como industriais, a espinha dorsal da Nação, um dos motivos de o País estar quebrado, sem crédito.

Agora voltam novamente as aves agourentas a atacar instituições tão importantes para o desenvolvimento do País, como são os bancos estaduais.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Banco Central confunda mas não misture essas administrações.

Tenho aqui em mãos uma nota dos bancos estaduais sob o título: "A Realidade dos Bancos Estaduais", chamo a atenção da Casa para o artigo IV desta nota que diz:

4. Do mesmo modo que repudia e condena a veiculação de informações que tumultuam a atuação dos Bancos Comerciais Estaduais e afetam a credibilidade de todo o sistema financeiro, a Asbace não quer que se esconda a verdadeira realidade do Sistema de Bancos oficiais. Ao contrário, a Asbace deseja que o Banco Central continue a apontar eventuais falhas constatadas e oriente rumos de correção dos desvios.

Ora, esse pessoal que trabalha e que sua a camisa para o desenvolvimento desses bancos deseja que o Banco Central aja de melhor maneira, uma maneira clara e não venha com subterfúgio.

Portanto, apóio esta nota da Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais, que tem toda razão e peço que seja transcrita nos Anais do Senado Federal. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

A REALIDADE DOS BANCOS ESTADUAIS

A Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace), tendo em vista recentes notícias publicadas sobre a situação dos Bancos oficiais Estaduais, vem a público para esclarecer o seguinte:

1. Por desinformação ou má fé, são inconseqüentes e inaceitáveis as informações que generalizam a suposição de que a maioria dos Bancos Comerciais Estaduais esteja em incômoda situação econômico-financeira. Ao contrário, como atestam seus últimos balanços, estão em crescente evolução de desempenho.

2. Para a maioria dos Bancos Comerciais Estaduais, também não passam de cicatrizes e pesadas heranças as acusações de práticas indesejáveis de protencionismo nas concessões de crédito, apadrinhamento na administração de recursos humanos, excessiva burocracia nos procedimentos administrativos; custos elevados e tantas mazelas que tentam lhes imputar hoje por exemplos do passado. Ao contrário, agora, mais que nunca, são muitos os bons exemplos de Bancos Comerciais Estaduais administrados por profissionais

competentes, dedicados a provar que uma empresa pública pode ser eficaz como algumas das melhores empresas privadas.

3. Descabidas também são as maldosas insinuações de que os Bancos Comerciais Estaduais têm papel secundário e o exercem mal no mercado. Ao contrário, enquanto os bancos privados têm o direito e a liberdade de atuar apenas onde lhes for mais lucrativo, os Bancos Comerciais Estaduais desempenham uma função social da maior importância, presentes em praças desassistidas e de pouco potencial econômico, atuantes no apoio aos programas estaduais de desenvolvimento, atentos às necessidades dos pequenos e microempresários e sempre abertos aos pagamentos e recebimentos de funcionalismo público, de aposentados e dos usuários dos serviços essenciais da comunidade.

4. Do mesmo modo que repudia e condena a veiculação de informações que tumultuam a atuação dos Bancos Comerciais Estaduais e afetam a credibilidade de todo o sistema financeiro, a Asbace não quer que se esconda a verdadeira realidade do sistema de Bancos Oficiais. Ao contrário, a Asbace deseja que o Banco Central continue a apontar eventuais falhas constatadas e oriente rumos de correção dos desvios.

5. Por último, e para que este assunto não mais seja tratado desta forma que desmerece aos Bancos, aos seus acionistas, aos seus funcionários, aos seus clientes e a todo o mercado financeiro, a Asbace alerta para as graves conseqüências desta distorção da realidade, quando se tenta denegrir a imagem dos Bancos Comerciais Estaduais de maneira tão leviana, com análises à base de adjetivos, de fatos isolados e subjetivos. Um Banco só espelha sua realidade em números e fatos concretos. E é por eles que os Bancos Comerciais Estaduais querem ser avaliados. Um a um, na dimensão de seus contextos regionais.

Asbace — Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais, Bancos Estaduais = Bancos Essenciais

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Aluízio Bezerra, para uma breve comunicação.

V. Ex.^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALUIZIO BEZERRA (PMDB — AC. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderíamos deixar de registrar hoje nesta Casa a passagem pela Comissão de Relações Exteriores, da figura extraordinária, que é a Sr.^a Mercedes Bel Carmem Letona, dirigente da Comissão Político-Diplomática da Frente Farabundo Martí Para La Liberación Nacional, FMLN, e Frente Democrática Revolucionária de El Salvador, FDR, em visita, portanto, ao Congresso Nacional, recebida hoje que foi por aquele órgão técnico da Casa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sabemos que a América Central está há muito tempo em estado de guerra e compreende tanto a Nicarágua, Honduras e El Salvador. No que diz respeito a El Salvador, esse pequeno Esta-

do de apenas 20 mil km², com uma população de cerca de 5 milhões e 500 mil habitantes suporta encargos de guerra da ordem de 40% do seu orçamento, com perdas de vidas humanas da ordem de 70 mil e 1 milhão de desabrigados. Esse pequeno país da América Central tem um exército composto de 36 mil homens, que está sendo apoiado, nessa guerra interna, pelos Estados Unidos.

Sr. Presidente, o que há de mais relevante nesse aspecto, em primeiro lugar — como dizia há pouco o nobre Senador Iram Saraiva, quando falou sobre o Dia da Mulher, marcado por comemorações no País —, é a figura humana representando a Frente Farabundo Martí Para La Liberación Nacional e FDR, a Frente Democrática Revolucionária, portanto, representando grande parte da população salvadorenha, que veio a esta Casa do Congresso Nacional, a figura extraordinariamente simpática e democrática da Sr.^a Mercedes, para defender junto à Comissão de Relações Exteriores, ao Congresso Nacional e à população brasileira, proposta de paz a todos os países latino-americanos, sobretudo junto aos Estados Unidos, à administração de George Bush, junto ao próprio governo de Napeleon Duarte, de El Salvador.

É importante que transmitamos à Casa, portanto ao Senado Federal, essa proposta de paz pelo seu alcance e pela sua transcendência; proposta essa do Movimento Revolucionário de El Salvador, representado pela Sr.^a Mercedes, buscando o apoio de todos os setores democráticos de nosso País, a fim de viabilizar essa proposta de paz que significa a sua participação no processo eleitoral, com a remoção dos entulhos da ditadura eleitoral que venha a garantir eleições livres para o povo de El Salvador e, com isto, encontrar-se uma saída política.

Tudo isso, tendo em vista que depois de oito longos anos, com o apoio de todos os três bilhões de dólares investidos pelos Estados Unidos, com o aumento do exército de doze mil para trinta e seis mil homens, com a morte de setenta mil vidas humanas e um milhão de desabrigados, não houve uma solução militar, o que está comprovado que não existe tal solução, mesmo sendo apoiado pela maior potência deste hemisfério.

Então, ressalta-se a solução política. Portanto, com muita satisfação, queremos comunicar à Casa que toda a Comissão de Relações Exteriores recebeu com muita simpatia e apóia a proposta de paz transmitida pela representante da FMLN e também da FDR.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é este fato extraordinário que queremos registrar, e nós que estamos saindo de mais de vinte anos de luta contra um processo antidemocrático e entrando no processo de transição em que estamos agora, compreendemos muito bem a preocupação do povo salvadorenho, não poderíamos nós manifestar de outro modo que não fosse o nosso apoio, nossa integral solidariedade a essa posição da representante da Frente Farabundo; Martí Para La Liberación Nacional, da FDR, na sua proposta de paz para El Salvador.

Era este, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o fato extraordinário que queria registrar nesta tarde de hoje nos Anais da Casa. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Senador Aluizio Bezerra, o Sr. Senador Alexandre Costa, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência, tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 10, de 1989, de autoria do nobre Senador Jarbas Passarinho e outros Srs. Senadores, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hiléia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias, de acordo com as indicações das lideranças designa para integrarem a referida Comissão os seguintes Srs. Senadores.

Titulares

Pelo PMDB — Leopoldo Peres, Aluizio Bezerra, Ronaldo Aragão e Nabor Júnior;
Pelo PFL — Odacir Soares e Edilson Lobão;
Pelo PSDB — Teotônio Vilela Filho.
Pelos pequenos Partidos — Jarbas Passarinho e Mário Maia;

Suplentes

Almir Gabriel, José Fogaça, Aureo Mello, Hugo Napoleão, Chagas Rodrigues, Carlos De. Carli e Mauro Borges.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.
São lidos os seguintes.

REQUERIMENTO Nº 26 DE 1989

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1989 que dispõe sobre a atualização monetária das restituições do Imposto de Renda e a base de cálculo para incidência do imposto no caso de aluguel de imóveis.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1989.
— Edison Lobão — Ronan Tito, — Jarbas Passarinho, — Ney Maranhão.

REQUERIMENTO Nº 27 De 1989

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1989 (nº 1.516/89, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1989,
— Edison Lobão, — Ronan Tito, — Jarbas Passarinho, — Ney Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do art. 375, inciso II, do Regimento Interno.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Raimundo Lira — José Ignacio Ferreira — Meira Filho — Márcio Lacerda — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 62 Srs. Senadores.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1986 (nº 6.692/85, na Casa de origem), que dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na administração federal e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.023, de 1986, da Comissão

— de Serviço Público Civil, favorável, com emenda que apresenta de nº 1 — CSPC.

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O nobre Senador Itamar Franco pede verificação da votação. S. Exª será atendido.

O nobre Senador Aureo Mello fará a chamada, como 1º Secretário.

(Procede-se à verificação de votação.)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Aureo Mello — João Menezes — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — José Agripino — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Francisco Rollemberg — Jutahy Magalhães — Gerson Camata — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Mário Covas — Iram Saraiva — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Verificada a falta de quorum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhas durante 10 minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se à nova votação.
Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 36 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 46 minutos.)

SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada do Sul para o Norte.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS.:

Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Aureo Mello — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Edison Lobão — João Lobo — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — José Agripino — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Jutahy Magalhães — Gerson Camata — Itamar Franco — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iram Saraiva — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Votaram 36 Srs. Senadores. Com o Presidente seriam 37.

Não há número. Fica adiada a votação do projeto.

A matéria será apreciada na próxima sessão, a realizar-se amanhã, sexta-feira, às 9 horas.

O Sr. Jarbas Passarinho — Sr. Presidente, qual o número de Senadores presentes na Casa, anunciado por V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sessenta e quatro Srs. Senadores.

O Sr. Jarbas Passarinho — Acredito, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1982 - complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais, tendo

PARECERES, sob nº 487 e 488, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e

— de Finanças, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CF.

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica adiada a votação, por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)**— Item 3:**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

PARECER, sob nº 889, de 1986, da Comissão

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

PARECER ORAL, FAVORÁVEL, proferido em plenário, da Comissão

— **de Legislação Social**.

A Presidência esclarece ao Planário que a matéria, objeto desta proposição, apresentada em 1984, foi regulada diferentemente pela nova Constituição, em seu art. 7º, inciso XIII, o que a torna flagrantemente inconstitucional.

Por esta razão, a Presidência declara prejudicado, nos termos do art. 369, alínea a, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, que vai ao Arquivo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para uma questão de ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o art. 340 diz o seguinte:

"Art. 340. Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão.

§ 1º Esgotada a matéria em discussão e persistindo a falta de número, a Presidência poderá, no caso de figurar na Ordem do Dia matéria que pela sua relevância o justifique, suspender a sessão por prazo não superior a 1 (uma) hora, ou conceder a palavra a Senador que dela queira fazer uso.

§ 2º Sobrevindo, posteriormente, a existência de número, voltar-se-á à matéria em votação, interrompendo-se o orador que estiver na tribuna, salvo se estiver discutindo proposição em regime de urgência e a matéria a votar estiver em tramitação normal."

Não sei se dará certo, mas, após a votação, faltou apenas o voto de um Sr. Senador. Depois disso, entraram no recinto Senadores que não haviam votado.

Assim, pergunto a V. Exª se, baseado no § 2º do art. 340, poderá ser feita nova verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— A Mesa está conferindo os votos do plenário. (Pausa.)

Estão presentes em plenário, no momento, 30 Srs. Senadores. Continua a falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)**— Item 4:**

Mensagem nº 44, de 1989 (nº 59/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em caráter excepcional, a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ), que serão extintas. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Designo o nobre Senador Mário Maia para proferir parecer sobre a Mensagem nº 44, de 1989, oferecendo o respectivo projeto de lei.

— PARECER Nº

De Plenário nº , de 1989, sobre a Mensagem nº 44, de 1989 (nº 59, de 10-2-89, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita aprovação do Senado Federal para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro possa registrar uma emissão de títulos de sua dívida pública.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente Srs. Senadores, com a Mensagem nº 44, de 1989, o senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal a autorização para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro possa registrar no Banco Central do Brasil uma emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ) para substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ), que serão extintas, na forma do que prescreve o artigo 15 da Medida Provisória nº 32, de 15 de janeiro de 1989, transformada em Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

A emissão pretendida deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) modalidade: nominativa-transferível;
- b) prazo: até 60 meses;
- c) valor nominal unitário: NCZ\$ 1,00;
- d) autorização legislativo: Lei nº 1.389, de 28-11-88;

e) forma de colocação: deverá ser dada opção, por meio de edital público, aos possuidores de OTRJ para substituí-las por quantidades de LFTRJ em montante equivalente ao das OTRJ possuídas, mantendo-se os vencimentos dos novos títulos idênticos aos dos títulos substituídos.

Opinamos favoravelmente, tendo em vista que a substituição de que se trata não deverá provocar modificações na situação atual do endividamento daquela entidade, uma vez que há equivalência do montante com idênticos vencimentos.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem nos termos do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 6, DE 1989.**

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ) em substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeira do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), com base nas disposições do art. 4º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ), que serão extintas em isonomia com o tratamento a ser dado aos títulos federais da espécie, na forma do que prescreve a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será feita oportunamente, devido à falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)**— Item 5:**

Mensagem nº 45, de 1989 (nº 61/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais, em caráter excepcional, a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), que serão extintas. (Dependendo de parecer.)

Designo o nobre Senador Itamar Franco para proferir parecer sobre a Mensagem nº 45, de 1989, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

PARECER Nº

De Plenário nº , de 1989, sobre a Mensagem nº 45, de 1989 (nº 061, de 13-2-89, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita aprovação do Senado Federal para que o Governo do Estado de Minas Gerais possa registrar uma emissão de títulos de sua dívida pública.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a Mensagem nº 45, de 1989, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal a autorização para que

o Governo do Estado de Minas Gerais possa registrar no Banco Central do Brasil uma emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG) para substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), que serão extintas, na forma do que prescreve o art. 15 da Medida Provisória nº 32, de 15 de janeiro de 1989, transformada em Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

A emissão pretendida deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) modalidade: nominativa-transferível;
- b) prazo: até 60 meses;
- c) valor nominal unitário: NCz\$ 1,00;
- d) autorização legislativa: Lei nº 9.589, de 9-6-88;
- e) forma de colocação: deverá ser dada opção, por meio de edital público, aos possuidores de OTN para substituí-las por quantidades de LFT — MG em montante equivalente ao das OTN possuídas, mantendo-se os vencimentos dos novos títulos idênticos aos dos títulos substituídos.

Opinamos favoravelmente, tendo em vista que a substituição de que se trata não deverá provocar modificações na situação atual do endividamento daquela entidade, uma vez que há equivalência do montante com idênticos vencimentos.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1989

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), em substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), com base nas disposições do Art. 4º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, emissão esta destinada a possibilitar a substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), que serão extintas em isonomia com o tratamento a ser dado aos títulos federais da espécie, na forma do que prescreve a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
Item 6:

Mensagem nº 52, de 1989 (nº 89/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES), destinada a substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES). (Dependendo de parecer.)

Solicito ao nobre Senador Ney Maranhão parecer sobre a Mensagem nº 52, de 1989, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

PARECER Nº ...

De Plenário nº ... de 1989, sobre a Mensagem nº 52, de 1989 (nº 89, de 3-3-89, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita aprovação do Senado Federal para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa registrar uma emissão de títulos de sua dívida pública.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a Mensagem nº 52, de 1989, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal a autorização para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa registrar no Banco Central do Brasil uma emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES) para substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES), que serão extintas, na forma do que prescreve o artigo 15 da Medida Provisória nº 32, de 15 de janeiro de 1989, transformada em Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

A emissão pretendida deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) modalidade: nominativa-transferível;
- b) prazo: até 730 dias;
- c) valor nominal unitário: NCz\$ 1,00;
- d) autorização legislativa: Lei nº 4.216, de 27-1-89;
- e) forma de colocação: deverá ser dada opção, por meio de edital público, aos possuidores de OTES para substituí-las por quantidades de LFT-ES em montante equivalente ao das OTES possuídas, mantendo-se os vencimentos dos novos títulos idênticos aos das OTES substituídas.

Opinamos favoravelmente, tendo em vista que a substituição de que se trata não deverá provocar modificações na situação atual do endividamento daquela entidade, uma vez que há equivalência do montante com idênticos vencimentos.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1989

Autoriza o governo do Estado do Espírito Santo a emitir Letras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES) em substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Espírito Santo autorizado a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT-ES), com base nas disposições do art. 4º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, emissão esta destinada a possibilitar a substituição de 3.033.526 (OTES) que serão extintas em isonomia com o tratamento a ser dado aos títulos federais da espécie, na forma do que prescreve a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria fica adiada, por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Item 7:

Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1985, de autoria do Senador Nivaldo Machado, que altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária.

A Presidência, nos termos do art. 369, b, do Regimento Interno, declara prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1985, uma vez que seus objetivos já foram alcançados pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1985.

O Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1985, vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Presidência declara prejudicados os Requerimentos nº 26 e 27, lidos no Expediente de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 14/89 e Projeto de Lei da Câmara nº 2/89, por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O Sr. João Menezes pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será publicado posteriormente.

Durante o discurso do Senador João Menezes o Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, o interesse internacional pela Amazônia, ciclicamente manifesto de diferentes maneiras, tem-se expressado nos últimos tempos sob a forma de ostensiva pressão internacional sobre o Governo brasileiro.

Tais pressões desencadearam vivas reações nos mais diversos setores da sociedade, em oposição a qualquer proposta sub-república de internacionalização da Amazônia à ingerência estrangeira nos assuntos internos do País.

O Congresso Nacional, naturalmente, não ficou à margem da questão. No Senado da República, o problema suscitou a intervenção de colegas de diferentes partidos, confirmando o que poderíamos chamar de consenso nacional contra as pressões internacionais sobre a Amazônia.

Nós mesmos já nos ocupamos do assunto. Hoje, voltamos ao tema, dada a importância que representa a palestra "Amazônia: Ecologia e Soberania", recentemente proferida pelo Sr. Ministro do Exército. Nessa exposição, o Sr. Ministro Leônidas Pires Gonçalves, com a experiência de quem já exerceu o Comando Militar da Amazônia, demonstra com suficiente clareza o significado dos interesses estrangeiros em todas as suas dimensões, confrontando as denúncias internacionais com a real situação hoje existente na floresta e com o processo de conquista e de ocupação da região.

É a seguinte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a íntegra da palestra do Sr. Ministro do Exército, a qual passo a ler a fim de constar dos Anais dessa Casa:

* "AMAZÔNIA: ECOLOGIA E SOBERANIA"

1. Considerações iniciais

Iniciarei esta breve exposição sobre a Amazônia, apresentando alguns aspectos gerais da área que, embora bastante conhecidos de todos os senhores — homens da região —, julgo oportuno lembrar por serem básicos para o desenvolvimento que pretendo seguir posteriormente.

O espaço objeto de nossa atenção é a Amazônia Legal que pode ser observada nesta projeção. Trata-se de uma imensa área — 4.978.247 km² — que engloba os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, norte do Mato Grosso, Pará, Amapá, Tocantins e oeste do Maranhão, fazendo fronteira com sete países (Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia).

O recente interesse mundial por assuntos ecológicos, advogando a preservação, a qualquer custo, das florestas ainda existentes no mundo colocaram, naturalmente, a Amazônia no centro da discussão. No bojo do modismo apareceram nossos defensores da intocabilidade da floresta amazônica; defensores de ocasião, é bom que se diga, pois,

em sua maioria, nunca pisaram na Amazônia, muito pouco conhecem de sua história ou de seus problemas e jamais se interessaram em estudar suas vocações econômicas.

Essa gente imagina a Amazônia Legal com uma extensa área coberta, toda ela, por floresta equatorial uniforme e que, qualquer atividade agrícola ou pastoril ali desenvolvida representaria uma agressão à floresta.

Sabemos que isto é uma distorção da verdade. Não pretendo diminuir a importância de se respeitar a natureza — assunto que abordarei mais tarde —, mas mostrar, desde logo, que nossos falsos ecologistas apoiam-se em bases falsas. Vejamos uma projeção sobre as formações florestais da Amazônia Legal.

A figura mostra claramente que muito pouco da floresta foi atingida pelos projetos agropecuários — eleitos inimigos principais da ecologia amazônica. Esses projetos, em sua imensa maioria, estão localizados em áreas de cerrado, cerrado ou nas regiões cobertas por florestas de transição (floresta semi-úmida).

Esta outra projeção mostra atividades que têm sido acusadas como as maiores causadoras de danos ecológicos: as queimadas, a mineração de ferro em Carajás e as hidrelétricas. As áreas de queimadas, podemos confirmar, estão na periferia e em muito pouco atingiram, pelo menos até agora, a floresta úmida equatorial. É um assunto que merece ser estudado com fundamentação científica. Quanto às outras duas, são atividades de interesse econômico para o Brasil e cabe racionalizá-las, nunca eliminá-las; as áreas a serem afetadas são pouco expressivas. Todo o plano energético para a região até o ano 2010, por exemplo, implica na inundação de algo inferior a 0,2% da região amazônica brasileira. E, na Amazônia, se situam 2/3 de nossas reservas hidroelétricas.

2. O Interesse Internacional

a. Antecedentes

Sucessivas tentativas de ingerência externa na área da Amazônia têm sido assinaladas, desde as incursões de piratas estrangeiros na região da foz do rio Amazonas, no século XVII.

Posso citar a título de exemplo:

— o estabelecimento de missões religiosas com o fornecimento regular de recursos financeiros por entidades internacionais;

— o projeto do "Sistema de Grandes Lagos Americanos" elaborado pelo Hudson Institute (os lagos amazônicos inundariam uma área quinze vezes maior do que a de nossos projetos hidroelétricos, hoje combatidos);

— a decisão dos países exportadores de estanho de intervir politicamente sobre o Brasil para conter nossa produção e,

conseqüentemente, manter os preços internacionais daquele metal;

— tentativa de criar parques indígenas multinacionais, realizada por órgãos estrangeiros de apoio à causa indigenista;

— a atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o Projeto Grande Carajás;

— a ação no Congresso americano e interpelações ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos e ao Presidente do Banco Mundial para impedir o fluxo de empréstimos já contratados para a execução de projetos na Amazônia Brasileira.

No que diz respeito às missões religiosas cabe ressaltar o excelente trabalho que, algumas delas, fizeram e prosseguem fazendo em prol das populações locais. Muitas, entretanto, vêm desenvolvendo uma ação que nada tem de evangelizadora. Estas coincidentemente ou não, se instalaram em áreas potencialmente ricas em minerais preciosos ou estrategicamente valiosos.

Vale a pena ressaltar alguns tópicos das diretrizes emanadas pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs para seus missionários na Amazônia:

— "A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios da Venezuela, Colômbia e Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunscrita."

— "É nosso dever: defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer".

— É nosso dever: impedir em qualquer caso a agressão contra toda a área amazônica, quando esta se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso, principalmente quando destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou militares, tais como quartéis, estradas, limpeza de faixas, campos de pouso militares e outros que signifiquem a tentativa de modificações ou do que a civilização chama de progresso..."

b. Novas Investidas

Recentemente temos acompanhado, com muita preocupação, as novas pressões sobre a Amazônia, com origem em órgãos internacionais e com ampla acolhida na imprensa estrangeira. Os assuntos que têm sido estampados com maior frequência nas manchetes dizem respeito aos problemas de posse de terra, à necessidade da manutenção do equilíbrio eco-

lógico para "preservar o pulmão do mundo" e proteger as populações indígenas, além das propostas de vinculação da dívida externa com a preservação ambiental.

É estranho esse excessivo interesse de grupos estrangeiros com a manutenção do equilíbrio ecológico. Seus ataques baseiam-se em dois pontos convergentes: a contribuição das queimadas para o agravamento do "efeito estufa" e o perigo que representa qualquer devastação da floresta, com base na teoria do "pulmão da humanidade".

As queimadas são motivo de real preocupação e o governo já tomou medidas para controlá-las. Não é possível aceitar, entretanto, as acusações de que essas queimadas são as responsáveis maiores pela poluição da atmosfera e estão colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Elas, como qualquer combustão, contribuem, de fato, para a degradação ambiental, mas a principal causa dessa poluição — os países desenvolvidos estão cansados de saber — é a queima de combustíveis fósseis, por eles mesmos produzida.

A teoria de que a Amazônia é o "pulmão da humanidade" tem duvidosa sustentação científica. Alguns estudos recentes indicam ser muito provável que a maior parte do oxigênio produzido pela floresta durante o dia seja consumida durante a noite. De qualquer forma, os povos que pretendem nos monitorar em matéria de preservação da natureza não são, historicamente, os melhores conselheiros. Convém não esquecer que o mundo já foi todo coberto por florestas e aqueles povos devastaram as suas, quase que integralmente.

Passemos para o problema das populações indígenas. As acusações de descaso por parte do Governo Brasileiro não se fundamentam nos fatos. Nos últimos três anos, buscando a defesa dos interesses dos índios, sua preservação e a manutenção de seu meio ambiente livre de agressões, foram acelerados os trabalhos de demarcação das terras indígenas. Resultados apreciáveis têm sido obtidos.

Os cerca de 220 mil índios brasileiros ocupam, em suas 467 reservas, cerca de 82 milhões de hectares, o equivalente a 10% do território nacional. Isso equivale dizer que cada índio brasileiro, incluída aí a população infantil, tem, em média, direito ao uso de 400 hectares. Nos Estados Unidos essa relação chega, apenas, a 20 hectares.

A última investida para internacionalizar a Amazônia se apresentou sob a forma de uma troca: o perdão de parte da dívida externa por garantia de preservação da floresta amazônica. O assunto havia sido provocado pelo Sr. Michel Rocard — Primeiro Ministro da França — em seu encontro com o Presidente Sarney. Foi novamente provocado pelo grupo de par-

lamentares americanos que, no último mês de janeiro, visitou a Amazônia.

A proposta feita por aqueles parlamentares que mereceu, inclusive, um editorial do "New York Times" é ambígua e encerra sérios riscos de, mais tarde, ser interpretada favorecendo a adoção de medidas que ameacem nossa soberania. O Governo Brasileiro, como não poderia deixar de ser, reagiu com firmeza à proposta, deixando claro que não nos interessa trocar nossa soberania por qualquer forma de ajuda externa.

3. A Conquista da Amazônia

a. Conquista Portuguesa

Em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco fundou Belém do Pará com o erguimento de uma fortificação. Começava a ocupação da Amazônia, naquela época muito cobijada por holandeses, franceses e ingleses que percorriam o baixo Amazonas, explorando a região, comerciando com os nativos e criando estabelecimentos particulares comerciais e construindo fortins.

O Capitão Pedro Teixeira, valoroso soldado português, tornou-se o mais destacado sertanista da Amazônia. Além de chefiar a grande expedição que começou a reconhecer o Amazonas em 1637, chegando até Quito, no Equador, foi um verdadeiro pioneiro da área.

A ocupação tranqüila e ordeira dos missionários era seguida por militares e sertanistas luso-brasileiros que asseguravam a posse da Amazônia, principalmente com a construção de vários bastiões.

Ao findar o século XVII, canhões de ferro e bronze já artilhavam o Forte de São José do rio Negro, origem de Manaus.

b. Estabelecimento dos fortes

Portugal não de descurou da defesa dos territórios amazônicos tão duramente conquistados. Estabeleceu, em que pese todos os sacrifícios, postos que marcassem os seus domínios de forma inequívoca e que vieram a dar o contorno do Brasil.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, cerca de 37 fortificações foram estabelecidas na área amazônica, sendo que as mais significativas podem ser visualizadas no slide que agora é projetado.

Como se pode verificar os fortes e fortins construídos ao longo do século XVII tiveram por finalidade basicamente, ocupar a foz do rio Amazonas, defendendo-a das incursões de franceses, holandeses e ingleses.

Já no século XVIII estabeleceram-se marcas no extremo oeste da Amazônia, defendendo as principais vias de penetração que, das terras coloniais espanholas, adentravam ao território conquistado.

É importante ressaltar que os contingentes militares dessas fortificações, constituíram-se, durante muito tempo nas únicas presenças de civilização luso-

brasileira, na área. Muitas delas, transformaram-se posteriormente, em vilas e cidades existentes até os dias atuais.

c. Colônias Militares

Já no início do Segundo Reinado, as fronteiras terrestres brasileiras estavam praticamente desguarnecidas e estendiam-se por milhares de quilômetros.

Não tínhamos tratados de limites com as novas repúblicas, emancipadas do domínio espanhol. Nossas linhas fronteiriças, apoiadas no Tratado de Santo Ildefonso, não estavam demarcadas. (Só o seriam no início do século XX por ação do Barão do Rio Branco).

Alguma providência haveria que se adotara.

É instituída, então a colonização militar no País.

As colônias militares eram estabelecimentos compostos por contingentes militares, destinados a protegê-las, constituindo também o principal efetivo demográfico, acrescido de colonos civis.

As finalidades fundamentais dessas colônias militares eram a proteção das fronteiras e a promoção do povoamento em áreas longínquas.

A primeira colônia militar foi estabelecida em 1840 na região do rio Araguaia, no atual Estado do Amapá, (D. Pedro II)

Outras colônias foram estabelecidas na região Amazônica, tais como: São João do Araguaia (1850), São Pedro de Alcântara (1853) e Óbidos (1854).

Mais recentemente, criaram-se as Colônias Militares do Oiapoque (1964) e a de Tabatinga (1967), hoje não mais existentes, mas que foram substituídas por unidades militares.

d. Manobra geopolítica

O nosso País teve a felicidade de se manter unido em uma quase inacreditável obra de gênio político de nossos antepassados. Essa obra, com igual competência, foi consolidada neste século, através de uma "manobra geopolítica" que o Brasil, na frente interna, vem executando desde a II Guerra Mundial.

Antes de descrever a "manobra geopolítica", para que os senhores melhor possam entendê-la, mostrei o espaço geográfico brasileiro, como ele se apresentava, na década de quarenta.

Usando a linguagem dos geopolíticos, podemos distinguir:

- o Núcleo Central, o "coração do Brasil";
- as três penínsulas: Nordeste, Sul e Centro-Oeste;
- a Ilha Amazônia.

O Núcleo Central era populoso e desenvolvido. As penínsulas eram vagamente conectadas a este núcleo. A Ilha Amazônica estava isolada e desconectada do restante do País.

Era imperioso que uma ação fosse executada para integrar e efetivamente vivificar o espaço geográfico nacional. A "manobra geopolítica" foi o instrumento utili-

zado. Ela foi concebida para ser desencadeada em três fases:

— A primeira: ligar o Núcleo central ao Sul e ao Nordeste do país — efetivado nas décadas de 40 e 50:

— BR — 116 — Trecho Rio/Porto Alegre/Jaguarão;

— BR — 116 — Trecho Rio/Bahia/Fortaleza;

— Ligação ferroviária com o Sul (TS);

— Interligação da rede ferroviária do Nordeste.

— A segunda: avançar para o Meio-Oeste, a partir do Núcleo Central — décadas de 60 e 70:

— Construção de Brasília;

— BR 267 — ligando os estados de SP a MS (asfaltamento);

— BR 040 — Rio/Brasília/Cuiabá;

— Fv NOB — Bauru/Corumbá (Melhoramento das condições operacionais);

— Ligação de Brasília à rede ferroviária do Núcleo Central: Brasília/Pires do Rio.

— Finalmente, a terceira: ligar a ilha Amazônica às regiões mais vivificadas. O Meio-Oeste foi definido como base avançada para essa conquista, numa ação coordenada com a progressão de Leste para Oeste, ao longo da calha do rio Amazonas — fase presentemente em execução:

— BR — 153 — Belém/Brasília;

— BR — 364 — Cuiabá/Porto Velho/Rio Branco/Cruzeiro do Sul;

— BR — 319 — Porto Velho/Manaus;

— BR — 163 — Cuiabá/Santarém;

— BR — 230 — Transamazônica.

O slide mostra o resultado desse esforço de integração da Amazônia, esforço este que contou, permanentemente, com a efetiva participação do Exército.

e. *Dispositivo atual — O Projeto Calha Norte.*

O Exército continua, nos dias de hoje, presente em toda a extensão da região Amazônica.

As suas organizações militares permanecem prestando os serviços, à comunidade e ao país, o que sempre fizeram através dos séculos.

No slide projetado podemos ver a articulação da Força Terrestre na área.

Quero destacar o dispositivo das tropas que integram o Projeto Calha Norte.

Esse projeto se propõe a:

— incrementar as relações bilaterais;

— intensificar as campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;

— incrementar as ações da FUNAI na faixa da fronteira;

— aumentar a presença militar na área.

Para atender a esta última finalidade, foi criado um Projeto Especial com o objetivo principal de fortalecer o Poder Nacional na faixa de fronteiras em suas vias de acesso, ocupando os pontos sensíveis da faixa de fronteiras, vigiando-a e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional.

Para cumprir esse objeto está prevista a criação de diversas Organizações Militares em pontos de nossa fronteira norte:

— vista aérea do 5º BEF — São Gabriel da Cachoeira/AM;

— vista aérea do PEF — Iauaretê/AM;

— balsa;

— pavilhão do PEF — Querari/AM;

— PNR/PEF — São Joaquim/AM;

— alojamento de CB e SD — Iauaretê/AM.

4. Conclusões

1. — Há um interesse antigo de nações estrangeiras pela Amazônia e, em diversas oportunidades, foram desencadeadas ações cujo objetivo final é a internacionalização de toda a Região Amazônica.

— Recentemente temos assistido a um recrudescimento dessas tentativas de ingerência externa em nosso território. As novas investidas têm explorado os três principais problemas existentes: ecologia, índios e posse da terra.

— É um patrimônio brasileiro e, em relação a ele, temos de adotar uma atitude que se afaste dos dois extremos: a intocabilidade e a devastação.

— O Exército Brasileiro sempre estava presente na conquista e manutenção desta imensa porção do nosso território. Por ela derramamos o nosso suor e o nosso sangue.

— Esta área nos pertence de fato e de direito há mais de trezentos e cinquenta anos e será por nós defendida, tanto do ponto de vista ecológico, como em qualquer outro que se fizer necessário, a custa de qualquer sacrifício.

— É imprescindível a união de todos os brasileiros para que possamos garantir que as questões relativas a nossa Amazônia sejam por nós e somente por nós decididas. O Brasil, um país adulto, não pode abrir mão de direitos de resolver seus próprios problemas.

— Sobre a região, quando exercia o Comando Militar da Amanônia, assim me expressei:

"A Amazônia integrada e desenvolvida — tarefa que estamos realizando com determinação — será o derradeiro pilar geosócio-econômico da nacionalidade, capaz de possibilitar ao País a almejada posição de Brasil-Potência".

Como vemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Sr. Ministro do Exército oferece-nos visão fidedigna da situação ora existente na Amazônia e do significado das pressões internacionais sobre a região.

Ademais, a palestra do Sr. Ministro reafirma o que a nosso ver deve erigir-se no princípio básico da questão amazônica: sua ocupação e a exploração de suas riquezas devem-se dar de forma racional, com vistas a não violar o direito adquirido das populações ali estabelecidas, a propiciar a preservação étnica e cultural dos povos indígenas e a manter o equilíbrio ecológico. Nas palavras de Sua Excelência, devemos adotar, com respeito a esse patri-

mônio brasileiro, atitude que se afaste dos dois extremos: a intocabilidade e a devastação.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, completado o primeiro mês de operação do último plano de estabilização econômica, o Plano Verão, cresce a intranquilidade nas bases trabalhistas, onde lideranças sindicais e trabalhadores em geral acompanham apreensivos as conversações oficiais, com vistas à demarcação do processo de flexibilização de preços, sem que se tenha alcançado um ponto comum no tocante à questão salarial.

A convergência para o necessário denominador comum parece cada vez mais distante, quando se constata que o entendimento depende da aceitação de premissas de caráter conceitual conflitantes, as quais embasam o raciocínio de ambos os setores (governo e trabalhadores) mas que são dificilmente conciliáveis, pela natureza excludente de umas em relação às outras.

A este propósito, o *Jornal de Brasília* do dia 3 do corrente apresenta, na seção intitulada Opinião, ponto de vista da economista Beatrice Valle Contijo, técnica do Dieese em Brasília, que expressa de maneira clara a disposição dos trabalhadores no sentido de rejeitarem qualquer proposta de viabilização de uma política salarial futura, de elaboração tripartite (governo, empresários e trabalhadores), sem que seja previamente solucionada a questão do resíduo relativo às perdas salariais acumuladas em decorrência do Plano Verão e não zeradas pela Medida Provisória nº 37, que se transformou na Lei nº 7.737/89.

Partindo de uma abordagem metodológica diferenciada, o discurso governamental, através da Ministra do Trabalho, encampa a linha argumental que deu sustentação ao choque heterodoxo, com o pagamento parcelado do resíduo e, uma vez recomposto poder de compra dos salários aos níveis de 1988, sinaliza para a necessidade de se buscar o caminho do entendimento visando a formulação de uma política salarial mais eficiente, centrada no binômio manutenção do poder aquisitivo x capacidade de absorção da economia.

Enquanto não se supera o impasse criado pela postura intransigente dos pares, é lamentável que mais uma vez direitos consagrados pela Constituição Federal, como o são a proteção dos salários e a consequente preservação do poder aquisitivo dos trabalhadores, claramente enunciados no capítulo dos Direitos Sociais, sejam ameaçados e postos sob suspeição na medida em que se criou, na prática, um vazio legislativo decorrente da inexistência de uma política salarial de curto prazo.

É inaceitável, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, ao se perderem em considerações conceituais algumas vezes estérteis, os catalisadores naturais das negociações estejam

perdendo também a correta perspectiva da situação.

O caráter essencial do discurso deve passar necessariamente por uma ótica mais abrangente, em cujo bojo esteja devidamente localizada a urgência do estabelecimento de regras salariais claras, capazes de resguardar de fato os salários reais e de se traduzir em mecanismos eficazes de proteção dos salários, independentemente de conjunturas econômicas adversas.

Não se pode tolerar que a inquietação se instale no seio da grande massa assalariada, que compõe parte expressiva da força de trabalho responsável pela geração de riqueza nacional, cujos frutos permanecem fortemente concentrados nas mãos de uma minoria privilegiada.

É imprescindível que o Congresso Nacional empunhe a bandeira dos trabalhadores na defesa da construção de um modelo econômico mais justo e estável, onde a partilha seja melhor distribuída e a justa remuneração do fator trabalho sirva de marco de interpretação para o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária.

No momento em que os canais tradicionais de negociação parecem dar sinais de exaustão, é forçoso que esta Casa assuma a condução de retomada do exercício do diálogo, reabrindo o debate e canalizando-o para uma contribuição mais efetiva, sob forma de apresentação de projetos de lei que contemplem com a devida seriedade e competência a formulação de uma política salarial capaz de pôr fim ao impasse ora verificado.

Todavia, ao fazê-lo, deve-se ter em mente não só os interesses dos trabalhadores mas, ainda, que da inserção desta política no contexto macroeconômico dependerão a sua vida útil e o seu grau de confiabilidade e eficácia.

É inadmissível que se estenda por mais tempo o quadro de vulnerabilidade dos salários frente às perspectivas de atuação das Câmaras Setoriais de Preços que já avançam os primeiros passos rumo ao descongelamento.

Cabe, pois, ao Poder Legislativo exercer a sua competência concretizando essa contribuição e harmonizando todas as variáveis em jogo, num projeto de lei que responda aos anseios da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senhor Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a chamada "Operação Bandeja", inventada pela polícia do governo do Estado do Rio de Janeiro, está fazendo o papel do bumerangue que errou o alvo e vagueia sem rumo, à mercê de interesses eleitoreiros ou de outros tipos. É inacreditável que um policial antigo e experiente se faça de bobo, de inocente útil, e divulgue uma relação de nomes de pessoas afirmando serem estas "supostamente envolvidas no tráfico de drogas". Essa manobra foi feita de encomenda para prejudicar adversários, inclusive e, principalmente,

adversários políticos. Ora, ninguém se presta a esse papel inocentemente. Qualquer nome pode ter sido incluído nessa relação e exposto à execração pública, sem recurso, sem apelação, sem defesa. Nenhuma autoridade policial de respeito faria uma coisa destas sem estar previamente preparada para isto.

Está claro que há interesses escusos nessa jogada.

Bandeja, na verdade, é um pequeno tabuleiro para serviço de mesa. E servir a mesa de um banquete alheio não deve ser o papel de uma organização policial.

Não basta o mau uso dos recursos do povo do Estado do Rio de Janeiro. O que vemos agora é a maior autoridade do estado locupletar-se de informações que não lhe pertencem para difamar, injuriar, acusar baseado em suposições policiais, irreponsavelmente divulgadas.

Não bastam os pedidos de desculpas, as falsas demissões. O mínimo que este caso demonstra é uma total incompetência das autoridades até para proceder a uma investigação policial. Pois, é incompreensível essa intempestiva divulgação de uma relação de nomes, levantando graves insinuações sem que a investigação tivesse concluída.

Para tudo deve existir limites. Principalmente para o comportamento atético seja de governantes ou de autoridades policiais. A impunidade não deve permanecer como regra num país em que o povo quer justiça e, no entanto, a aplicação da lei continua a ser uma exceção.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente e Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna congratular-me com a equipe de cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa, em particular com os pesquisadores do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados — CPAC que ora realiza, no Centro de Convenções de Brasília, o VII Simpósio sobre Cerrados, cujos temas em discussão estão voltados a novas estratégias de utilização da região.

Senhores: dados estatísticos revelam que o cerrado brasileiro já é responsável por 27% da produção nacional de grãos, 35% da produção nacional de café, e concentra 42% do rebanho bovino nacional. De acordo com as pesquisas do CPAC, é possível produzir na região 8,3 mil kg/ha de soja, 4 mil kg/ha de trigo, 13 mil kg/ha de milho na várzea e, 250 kg/ha/ano de peso vivo de bovino de corte exclusivamente em pastagem. Mas a região dos cerrados tem potencial para produzir muito mais. Dos 112 milhões de hectares de terras aráveis apenas 10 milhões estão sendo utilizados com pastagem cultivadas. Já está o grande desafio da pesquisa, em especial da Embrapa: aumentar a eficiência dos sistemas de produ-

ção, através do aumento da produtividade e da utilização plena e racional dos cerrados brasileiros. Isto significará abundância de alimentos, além de produção de excedentes exportáveis que, em última instância representarão melhores condições de vida para a população.

Por outro lado, todo o trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido pela Embrapa nestes 15 anos e que vem dando suporte ao progresso agrícola brasileiro tem ressentido de maior apoio, de um maior investimento de recursos. Hoje, dos 4 mil projetos em desenvolvimento pela instituição, cerca de dois mil estão ameaçados de paralisação por falta de verbas. Cabe a nós, políticos, a tarefa de reverter este quadro, viabilizando a alocação de maiores recursos no setor, sob pena de, num futuro próximo, o país sofrer um retrocesso no seu desenvolvimento agrícola, por pura negligência de seus governantes. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1986 (nº 6.692/85, na Casa de origem), que dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na administração federal e dá outras providências, tendo

PARECER sob nº 1.023, de 1986, da Comissão:

— de **Serviço Público Civil**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1 — CSPC:

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1982 — Complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais, tendo **PRECERES**, sob nº 487 e 488, de 1985, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e

— de **Finanças**, favorável com emenda que apresenta de nº 1-CF.

3

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 6, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), destinadas a substituir 131.344.704 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1989, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), destinadas a substituir 171.946.935 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), destinadas substituir 3.033.526 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 1989, de autoria do Senador Carlos Alberto, solicitando, nos termos do art. 75, a, e 76 do Regimento Interno, a criação de comissão especial, composta de onze membros, para, no prazo de 30 dias, estudar a questão das perdas salariais dos trabalhadores e servidores públicos, ocorridas nos últimos dez anos, por força das diversas metodologias e políticas de reajustes salariais adotadas. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

Discurso pronunciado pelo Sr. João Menezes na sessão de 1º-3-89 e que, entregue à revisão do orador, seria publicado posteriormente.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para discutir.) — Eminentíssimo Presidente, Srs. Senadores:

Este projeto é de autoria de V. Exª que, como Presidente do Senado, coloca em votação esta proposição.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senado Federal, que está procurando trazer a debate assunto referente à Amazônia. O que pretende aqui o Senador Nelson Carneiro é uma alteração do Código Florestal, para que:

“§ 1º Obedecidos os preceitos e exigências desta lei, somente será permitida a derrubada de florestas localizadas em áreas que estejam devidamente inscritas no registro imobiliário competente, devendo o pedido ser formulado em nome do titular do domínio.

§ 2º Nos casos de arrendamento, o pedido poderá ser formulado pelo arrendatário, mas terá que ser acompanhado

de consentimento expresso do proprietário.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Não podemos deixar de louvar a iniciativa, embora saibamos que é quase inócua, por que como se vai fiscalizar isso na Amazônia? Existe o Código Florestal com imensas disposições. Ele não tem nem instrumentos, nem fisicamente, nem financeiramente, nem administrativamente em condições capazes de estabelecer uma fiscalização na mata da Amazônia. Felizmente, este projeto de lei entra numa hora em que a Amazônia está sendo “estrela” na discussão de todos os problemas que estão ocorrendo. E nós nos felicitamos, como brasileiros, por isso, embora nós saibamos que se está criando quase que uma cortina de fumaça em torno da Amazônia. Tivemos agora essa reunião lá em Altamira, que atraiu pessoas de diversas partes do mundo, para dar palpite sobre a Amazônia. Essas pessoas que lá estiveram quase nada entendem, não sabem o que é, nem como se vive, nem o que precisa, nem o que se deve fazer na Amazônia. Mas, o que é fundamental é que pelo menos, agora, se está procurando dar um realce aos problemas da nossa região.

Repito aqui uma frase de Leônidas Pires Gonçalves, na conferência que fez aos parlamentares da Amazônia em minha residência: que “o Brasil só pode progredir quando realmente progredir a Amazônia”. É um fato verdadeiro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque não se tem cuidado da Amazônia. Tudo é feito em benefício do Sul. Vimos na Constituinte as discussões mais acaloradas, trazendo benefícios para o Sul. Tivemos aquele dispositivo que eu denominei de *boeing* da alegria, em que se aumentava o número de Deputados de 60 para 70, mas lá em baixo havia outro “artigozinho”, dizendo que esse aumento seria de acordo com a condição populacional de cada Região, que quer dizer que se vai aumentar o número de Deputados do Sul, trazendo um desequilíbrio cada vez maior em relação ao Nordeste e a Amazônia. Isso é o que se fez na Constituição, criou-se mais poderes para o Sul com o desequilíbrio para o Nordeste e a Amazônia. Fizemos também, na Constituinte, outro dispositivo sobre a divisão da renda orçamentária da União. Retirou-se um percentual muito grande para a divisão entre os Estados; e lá embaixo há outro “artigozinho” feito de encomenda dizendo que essa divisão seria feita de acordo com a condição demográfica de cada região, ou coisa parecida.

Ora, Sr. Presidente, vai haver município, no Nordeste e na Amazônia, que receberá zero vezes zero dessa descrição que está inserida na Constituição.

Agora, felizmente, estamos vendo a Amazônia no palco das discussões, e esperamos que daqui saiam resultados positivos, se é que se quer o progresso daquela região, porque sem nós progredirmos o Brasil não vai progredir, porque o grande mercado dos Estados produtores do Sul será o Nordeste e a Amazônia.

Portanto, parabéns V. Exª com este projeto de lei, que, se não é uma medida realmente eficaz, produtiva e capaz de trazer resultados para a região, pelo menos tem o condão de fazer com que esse assunto seja debatido e a Amazônia seja lembrada, para que, no resto do Brasil, saibam que nós existimos e que nós somos a mola fundamental para o progresso deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. AUREO MELLO NA SESSÃO DE 7-3-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AUREO MELLO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores, há momentos em que se tem vontade de dizer, quando se trata de política: “Não falo nisso porque não sou político”. Mas qual, Sr. Presidente! A verdade é que, depois de ouvir as palavras do eminente Senador Ney Maranhão e os apertes brilhantes e oportunos que foram adividos a esse pronunciamento, embora o objetivo da minha presença nesta tribuna seja falar a cerca da Empresa de Navegação da Amazônia S.A., a Enasa, não me furto ao desejo de também acrescentar algumas palavras a respeito de assunto tão momentâneo e que atinge de perto todas as pessoas e todas as classes brasileiras. Porque, segundo aquela difundida concepção de Bertold Brecht, tão oportunamente transcrita em avulso que o eminente Senador Teotônio Vilela Filho, herdeiro político da tradição do seu ilustre genitor, tem distribuído, inclusive em vários setores, de que só os néscios, só os alienados, só aqueles que nada conhecem a respeito da vida em sociedade e da sua administração podem dizer, com o peito estufado: “não sou político, não me envolvo em política, não me meto em política”.

Porque, Sr. Presidente, a vida em sociedade é a própria política, e a administração atinge, pela sua atuação, todas as classes sociais, sejam elas quais forem, e o cidadão, pertença à classe que pertencer. É por isso que nos devemos orgulhar de ser político!

E nesta oportunidade, como se fosse um epílogo daquelas palavras a que aludi, quero lembrar que existe, sobretudo na agremiação do PMDB, uma plêiade de nomes bastante interessantes, nomes que se têm destacado pelas suas qualidades intelectuais, pela sua honradez, pela sua cultura, pela sua linha inatácável de conduta, para a Presidência daquela Agremiação e da própria República! Lembraria nomes como Bernardo Cabral, meu conterrâneo do Amazonas, que foi o Relator eminente da Carta Magna que hoje em dia preside os destinos do País.

Projetou-se através da divulgação intensa do seu nome e da revelação da sua cultura. Temos nomes como Almino Afonso, hoje Vice-Governador de São Paulo, pessoa extraordinária pelas suas qualidades, pelo seu talento.

E coincidentemente cito esses dois amazonenses, como poderia citar, dentro e fora da minha Agremiação partidária, todos esses Senadores que aqui se encontram, que são realmente figuras capazes, eficientes e dignas de gerir os destinos desta grande Pátria. Alguns até me surpreendem quando se manifestam através da tribuna com verdadeiros torrenciais, verdadeiras cachoeiras de erudição e de facilidade de linguagem, como, por exemplo, não meu correligionário, porém pessoa que muito admiro, no PFL, Marcondes Gadelha. Há quantos anos eu conhecia Marcondes Gadelha e via nele, apenas, o escultor, o médico competente, o especializado que, em manifestações pessoais, quantas vezes revelou sua erudição e o seu profundo conhecimento na sua especialidade. De repente, surpreendo-me vendo um orador consumado, que nas ocasiões que assoma à tribuna associa a cultura e a flexibilidade da linguagem àquela coragem paraibana, que é, sem dúvida, um apanágio e uma característica daqueles que representam o Nordeste no seu potencial de resistência. E tantos outros nomes, dignos, capazes, inteligentes, aptos a dirigir o Brasil!

Vejo, por exemplo, quando falo em Miguel Arraes, uma síntese do próprio Brasil, este Brasil que resiste a tudo e ao mesmo tempo a figura forte do cearense, que, partindo dos seus chapadões e das suas terras adustas, chega a Pernambuco, o Estado guardião, o Leão do Norte, e ali consegue eleger-se Governador e sair com a aureola e a glória de um grande benfeitor. Vejo Leonel Brizola, Jarbas Passarinho, Albano Franco, Plínio Sampaio, Iris Rezende, Ulysses Guimarães, este sábio, este homem erudito que, na minha modesta opinião, seria indicado para o Senado da República!

E para não parecer casuísta, já que, na qualidade de um humilhado Suplente, pertenço, nada direi sobre Nelson Carneiro que V. Ex.^a já não sabem e já não reconheçam, pelas suas qualidades e suas virtudes, pela sua cultura, pela sua vivência!

Esta Câmara, chamada Alta, a outra Câmara, dita Baixa, os dois pratos deste conjunto extraordinário que se chama Legislativo, unidos, são a prova do quanto valem os seus componentes. Cada cidadão que aqui chegou, veio pela luta, pelo esforço, pelo valor e pela capacidade. Temos até figuras da Amazônia transplantadas para outros Estados.

A Bahia, por exemplo, tem uma árvore posante, uma árvore fecunda e cheia de beleza que também deu nome a um rio, essa árvore se chama Jutahy...

Chega. Já me intrometi demasiadamente em seara que não é a minha. A safra é grande, pode o povo escolher.

O que eu queria falar aos Srs. Parlamentares, aos eminentes Srs. Senadores, é que lá, na Amazônia, existe uma empresa estatal que está em perigo, em função do decreto privatizador. Essa empresa se chama Empresa de Navegação da Amazônia S.A. — Enasa. Essa empresa, na minha modesta opinião, não deve ser privatizada, porque, Sr. Presiden-

te, organizada em termos estatais, funciona maravilhosamente. Sua privatização acarreta...

O Sr. Marcondes Gadelha — Permita-me V. Ex.^a um aparte.

O SR. AUREO MELLO — Terei o prazer em conceder um aparte ao eminente Senador Marcondes Gadelha, para que aqueles que nos escutam mais uma vez confirmem a veracidade das asseverações que formulei ainda há pouco.

Mas, para que se diga que estou completamente desviado do curso do meu propósito, o que quero dizer, Srs. Senadores, eminente Sr. Presidente, é que essa empresa assegura uma frequência e regularidade que somente ela, através do esquema em que se acha organizada, pode prodigalizar aos moradores da grande calha amazônica, das margens dos grandes rios. Na Enasa, através da estatização e da sua condição de órgão filiado, inclusive como complementar à própria Marinha de Guerra, temos uma disciplina que é bem diferente daquela disciplina que as empresas interessadas apenas em lucro e "mais passageiros" não têm, que não obedecem ao horário, que não obedecem às condições de segurança, e muito menos o conforto dos usuários, inclusive o preço que ali são cobrados não são compatíveis com as apoucadas posses daqueles que mourejam à margem dos grandes rios.

De maneira que, Sr. Presidente, nesta oportunidade, usando esta tribuna, à qual estou pouco a pouco me afeiçoando, quero, mais uma vez, formular um apelo que já fiz ao eminente Sr. Ministro do Planejamento, para que procure poupar a Empresa de Navegação da Amazônia S.A. dessa privatização que está estatuída em decreto, para que possamos, sem dúvida, manter essa entidade como semi-estatal, beneficiando nossas "estradas" amazonenses e paraenses, rondonianas e acreanas, porque as estradas da Amazônia, devido às características gliscóides de um terreno aluviônico daquela área, não são as estradas de rodagem, que ali nem sempre podem ser feitas, nem as ferrovias que por ali não existem. As nossas estradas são os grandes rios, são os grandes caudais, através dos quais se escoam a economia regional, beneficiando a nossa gente e contribuindo para o ressurgimento daquela terra que precisa, mais do que nunca, ser amparada e ser vista pelo Brasil, que está na iminência de a perder ou vê-la transformada num segundo Vietnã, pois o povo brasileiro não cederá, unido às Forças Armadas, à cobiça internacional tão bem aludida e tão bem definida através dos trabalhos de Artur César Ferreira Reis, Samuel Benchimol, Argeniro Procópio, Lúcio Flávio Pinto e outros.

Com muita honra concedo o aparte ao eminente Líder Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador Aureo Mello, V. Ex.^a me desvaneco pela referência que faz muito mais ao meu Estado da Paraíba do que à minha modesta pessoa. Honramo-nos de ter colaborado um pouco com a ocupação da Amazônia. Nós, os nor-

destinos — os cearenses, os rio-grandenses do-norte, os alagoanos, os pernambucanos e, também, os paraibanos —, instalamo-nos em meio àquele ambiente outrora hostil e lá procuramos fundar núcleos de civilização. Hoje, nobre Senador Aureo Mello, a Amazônia é a grande esperança deste País, e o seu Estado, o Amazonas, é por todas as razões, pelo seu potencial de recursos, pela sua geografia, pela fisionomia exuberante da região todo um repositório de promessas e de perspectivas para o País. O seu estado tem-se sobressaído também na vida política e cultural do Brasil com expoentes em todas as épocas da nossa evolução. E para citar a literatura que V. Ex.^a suscitou diria que, de Inglês de Sousa até Márcio Souza, tivemos todas as formas de apresentação literária; e não poderíamos excluir também o Senador Aureo Mello, em cujas "aureonaves" navegamos também os nossos sonhos e soltamos a imaginação. V. Ex.^a, nobre Senador, traz a debate uma questão importante, o problema da preservação da Enasa. Devo informar a V. Ex.^a que este governo assumiu, como atitude geral, a idéia do enxugamento do seu déficit público, da diminuição da máquina estatal, da simplificação de todo o aparelho do governo e da criação, enfim, de um sistema administrativo mais leve e mais ágil. Essa atitude, que é genérica, entretanto, não pode ser aplicada indiscriminadamente, sem considerar determinadas circunstâncias, sem considerar determinadas peculiaridades. É exatamente esse o caso que V. Ex.^a traz à baila, o caso da Enasa. É uma situação muito especial, pela significação que tem o trans-egião. Aliás, um magnífico exemplo para o resto do País. Não sei por que cargas-d'água, nobre Senador Aureo Mello, o Brasil fez opção pelo transporte rodoviário e desprezou outras opções mais econômicas, mais baratas, mais funcionais, como a ferrovia, por exemplo. Para um país continental como o nosso, seria um meio de transporte extremamente adequado e eficiente. Lembro a V. Ex.^a que os Estados Unidos, em meados do século passado, já tinham cinco ramais ligando o país de costa a costa. Estamos ainda engatinhando neste campo. No que diz respeito ao transporte fluvial e lacustre do Brasil, nobre senador, não há expressão para qualificar o atraso, a lentidão, a falta de tomada de decisões neste campo. A região Amazônica, e outras regiões brasileiras, estão-se oferecendo de uma forma, diria, luxuriante ao aproveitamento para o transporte fluvial. É um transporte que não requer conservação, não há necessidade de estarmos instalando pelotões, ao longo do curso das estradas, para estar tratando de problemas viários.

O SR. AUREO MELLO — A estrada é próprio rio.

O Sr. Marcondes Gadelha — A estrada é o próprio rio. A utilização pelas populações ribeirinhas, a título de sobrevivência, de prestação de serviços artificiais, de educação, serviço médico, também é extremamente adequada, porque, em chatas ou em navios, podemos instalar hospitais inteiros, centros de treina-

mentos, supermercados. O serviço que é prestado à população pelo sistema fluvial é absolutamente insubstituível. Ainda quando um dia a Amazônia se tornar permeável ao sistema rodoviário, ainda quando um dia a Amazônia for toda atravessada por trilhos da estrada de ferro, ainda assim o transporte fluvial haverá de permanecer como sendo o mais importante, o mais rentável e o mais interessante para toda a região. Ora, não é esta a forma de se pensar no futuro, tentando eliminar o que já existe, que seja incipiente, que seja pobre. De qualquer forma, esta foi uma forma de começar, e não podemos visar a plena utilização do sistema fluvial da Amazônia dos tempos que estão por vir, se começarmos já, agora, liquidando esta experiência pioneira que, certo ou errado, bem ou mal, vem prestando serviços inestimáveis àquela população. Tem V. Exª a minha solidariedade, tem o meu apoio à sua proposta.

O SR. AUREO MELLO - Muito obrigado, Senador Marcondes Gadelha. O apoio de V. Exª é importantíssimo, porque V. Exª, além das suas qualidades intelectuais, às quais me referi, é, sem dúvida, um dos políticos de maior projeção neste País. V. Exª, na Liderança do seu Partido, na representação do Governo, em determinadas ocasiões nesta Casa, tem revelado uma clarividência e uma lucidez extraordinárias, e temos de convir que o Governo há de ser sensível a isto, como percebi na pessoa do próprio Sr. Ministro do Planejamento, na pessoa do próprio Sr. Ministro dos Transportes e, acredito, na pessoa do próprio Presidente José Sarney, que, para mim, é uma síntese daquele provérbio que diz: "Bom me fará quem depois de mim vier."

Acredito, Sr. Senador, que esta verdade sensível, esta verdade clara e objetiva há de ser compreendida por todos aqueles que querem realmente, com patriotismo, enxugar a situação financeira nacional, que não deve tornar-se exuberante a ponto de impedir a boa marcha e o progresso deste País.

Acredito, portanto, eminente Sr. Presidente, e nobre Senador Marcondes Gadelha, que a Empresa de Navegação da Amazônia S. A. há de ser conservada nos termos em que se apresentou até hoje, caracterizada por aquela atuação que, sem dúvida nenhuma, tem sido uma garantia e uma segurança para todos aqueles que residem às margens dos grandes rios da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Com pesar, comunico a V. Exª que o seu tempo se esgotou.

O SR. AUREO MELLO - Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e peço apenas a sua generosidade, que me permita concluir estas palavras que são palavras dialogais até porque este recinto onde estamos é um Parlamento, e Par-

lamento subentende diálogo, troca de idéias e bom entendimento entre aqueles que desejam escarificar e aperfeiçoar para fazer o justo, o que é perfeito.

Então, quero destacar e acentuar esse aspecto, porque, nós, da Amazônia, somos, por assim dizer, um planeta à parte; somos um mundo diferente, somos para aqueles que não conhecem uma revelação impressionante, em que o cidadão que nunca perambulou a Amazônia, que não conhece a profundidade dos seus rios e as suas peculiaridades, as suas características tão próprias, o seu potencial econômico não poderá dizer jamais que conhece o Brasil.

A Amazônia é um Brasil diferente, um Brasil de outra dimensão, é um Brasil que tem peculiaridades e exigências, Sr. Presidente, bem diversas daquelas exigências para as regiões de savana, para as regiões de coxilhas, para as regiões alterosas, para outros Brasis que ainda existem unificados pela fidelidade idiomática, pelo espírito de pátria e, sobretudo, por essa experiência-laboratório no campo antropológico, que é a nossa miscigenação, evidenciando que o Brasil é o laboratório do Mundo e o triunfo em que devemos permanecer. Esse triunfo é um triunfo em que a própria Humanidade revela o seu espírito de união e a sua capacidade de caminhar para rumos de paz, de amor e de solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 021, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 52, item 38, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 02, de 04 de abril de 1973, resolve designar o servidor Evandro Louredo Araújo, Adjunto Legislativo, do Quadro Permanente do Senado Federal, matrícula nº 2612, para prestar serviços na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

Senado Federal, 14 de fevereiro de 1989.
- Senador Humberto Lucena, Presidente.

(*) Deixou de publicar por omissão no DCN (Seção II), de 23-2-89.

PORTARIA Nº 04, DE 1989

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal e, tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento,

Resolve:

Designar Fernando Silva de Palma Lima, Assessor Legislativo, José Jabre Baroud, Assessor Legislativo e Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Assessor Legislativo para, sob a presi-

dência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes nos Processos nºs 002399/89-0, 002297/89-2 e 013851/88-8.

Senado Federal, 09 de março de 1989.
José Passos Porto, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 05, DE 1989

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento,

Resolve:

Designar Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Assessor Legislativo, José Jabre Baroud, Assessor Legislativo, e Clayton Zalorenci, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes nos Processos nºs 016251/88-1, 013754/88-2 e 016250/88-5.

Senado Federal, 09 de março de 1989.
José Passos Porto, Diretor-Geral.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - SINDILEGIS

EDITAL

O Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS, usando da competência que lhe atribui o artigo 6º do Regulamento Eleitoral, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, letra "C", do Estatuto do Sindicato, convoca Assembleia Geral a realizar-se no dia 30 de março de 1989, a partir das 9:30 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, e às 10:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, destinada a eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Comissões Sindicais do Sindicato. Haverá mesas receptoras de votos no local da assembleia, na Câmara dos Deputados, no Tribunal de Contas da União - TCU, no Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF e no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN. É de 1º a 15 de março de 1989 o prazo para o registro de chapas, na Secretaria do Sindicato, no horário de 9:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 18:00 horas. Na ausência de registro de pelo menos uma chapa ou na hipótese de empate entre duas ou mais chapas registradas, fica convocada nova eleição para o dia 27 de abril de 1989.

Brasília, 28 de fevereiro de 1989. - Francisco das Chagas Monteiro, Presidente.